

PROGRAMA DE GOVERNO



EDUCAR E DESENVOLVER

PROFESSOR CARLOS ALBERTO
Governador

APARECIDA DANTAS
Vice-Governadora

APRESENTAÇÃO

O programa de governo do PSOL para o Rio Grande do Norte fundamenta-se na instauração de um novo processo político no estado, com um olhar ousado e diferenciado para as questões gerais e específicas que envolvem os interesses dos potiguaros.

Este é um programa que está baseado na mobilização e protagonismo da população em torno de uma Agenda claramente identificada com suas necessidades mais sentidas e na decidida ação do Estado no âmbito das políticas sociais.

Nosso governo será marcado pela ação, ousadia com responsabilidade, fundamentado na educação emancipadora e pelo desenvolvimento econômico socialmente justo e ecologicamente correto, ancorado no progresso tecnológico, de modo a garantir qualidade de vida às pessoas.

Será também um governo de permanente diálogo com o povo, que estimula a tomada de consciência das maiorias sobre as causas dos principais problemas da vida nas cidades e no campo. Não temos mais tempo a perder, precisamos soltar o “freio de mão” e sair da inoperância político-administrativa e da irresponsabilidade social.

O RN é um estado rico em recursos naturais e forte no potencial produtivo, mas na contramão, a grande maioria do seu povo não tem qualidade de vida e nem muito menos tranquilidade para viver dignamente, dada a ampliação exacerbada dos índices de violência.

A grave situação em que se encontra a degradação da vida no RN, inclusive tendo uma região inteira em processo de desertificação, exige medidas contundentes e o fim da era do marketing e das ações de fachada, que maquiam os problemas, com projetos que nunca saem do papel ou são ineficientes, mesmo porque a população não é convidada a opinar.

Para que esses objetivos gerais possam tornar-se realidade, será preciso enfrentar e mudar a realidade histórica do RN, que traz mazelas como: a corrupção, o analfabetismo, a violência crescente, o burocratismo, o comodismo, a partidarização das instâncias de governo, a distribuição de cargos comissionados com critérios eleitoreiros preterindo o servidor de carreira do estado, a privatização dos serviços públicos, o mau uso do dinheiro público, a feudalização das ações do governo, a ineficiência administrativa, o balcão de negócios políticos e a terrível tradição de trair os compromissos de campanha.

A luta contra essas mazelas da administração pública será apresentada ao logo deste Programa de Governo que servirá como guia orientador para o exercício do governo do estado do Rio Grande do Norte.

Será um caminho a ser perseguido permanentemente, pois são compromissos que serão cumpridos na administração do PSOL. Apresentamos neste Programa propostas factíveis para o exercício de um mandato de quatro anos, não meramente uma lista de ações, pois estas devem emergir de um planejamento participativo descentralizado e duradouro.

O presente Programa de Governo foi construído pelo Partido Socialismo e Liberdade a partir das contribuições de seus filiados. Foram realizadas diversas reuniões temáticas para que esse Programa fosse construído, ouvindo especialistas em diversas áreas que debateram com os filiados e candidatos do PSOL.

O papel do Governador e da Vice-Governadora será o da execução do programa que estamos apresentamos, com o objetivo principal de Educar e Transformar o Rio Grande do Norte. No entanto, **ao término do período eleitoral iniciaremos um novo ciclo de planejamento participativo com a duração até o início da gestão, para construir junto com a Sociedade potiguar e em especial, com os Servidores**

Públicos do Rio Grande do Norte, um Programa de Governo amplo e profundo.

BIOGRAFIAS

O professor Carlos Alberto Freire Medeiros, candidato a governador pelo PSOL, tem 50 anos, é casado com Patrícia Gussão e pai de três filhos, Victor, Rodrigo e Arthur.

Carlos Alberto é professor há 22 anos e há 20 anos leciona na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, possui Bacharelado em Administração de Empresas e Mestrado em Administração de Recursos Humanos pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN e Doutorado em Administração pela Universidade de São Paulo - USP.

Filho de família seridoense, o professor Carlos Alberto estudou na sua infância e juventude no Colégio Salesiano São José, no bairro da Ribeira em Natal. No ano de 1984, foi presidente do Centro Cívico Juvino Barreto, tendo participado ativamente da campanha por eleições diretas para presidente e pela redemocratização do país. Como estudante universitário, foi Vice-Presidente do Centro Acadêmico do Curso de Administração da UFRN no ano de 1988.

Como administrador, foi também Conselheiro e Vice-Presidente do Conselho Regional de Administração – CRA.



Nesta eleição para o Governo do Estado do Rio Grande do Norte, o PSOL tem como candidata a vice-governadora a servidora pública Maria Aparecida Dantas de Araújo, mãe de duas filhas, reside no maior bairro de Natal, o de Nossa Senhora da Apresentação. Servidora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte há 23 anos no cargo de técnica em assuntos educacionais.

Aparecida Dantas é formada em Pedagogia, com especialização em Recursos Humanos pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Conselheira do Conselho Universitário da UFRN, o CONSUNI, órgão máximo da Universidade, com funções normativas, deliberativas e de planejamento.

Na atividade sindical, faz parte da Coordenação Geral do SINTEST – Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior, atuando também na Executiva Estadual da CSP- Central Sindical e Popular/CONLUTAS e na direção da FASUBRA, a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil.

POR QUE QUEREMOS GOVERNAR O RIO GRANDE DO NORTE?

Queremos governar o nosso estado para transformar a terrível realidade atual de atraso político, social, administrativo, cultural e econômico, gestada pelos grupos políticos oligárquicos que querem direta ou indiretamente se perpetuar no poder, priorizando seus apadrinhados políticos e surrupiando os cofres públicos em detrimento das necessidades básicas do povo (desenvolvimento com geração de emprego e renda, tecnologia, educação, saúde, meio ambiente saudável, segurança, saneamento básico, habitação, cultura, lazer e qualidade de vida para as pessoas).

Isso só será possível a partir de um programa de governo que contemple todas as necessidades sociais do povo potiguar, adicionado a um modelo de gestão comprometido com as causas da população, e isso nos propomos a fazer.

Queremos governar nosso estado, lado a lado com o povo, conhecendo de perto suas realidades.

Queremos governar para acabar com o balcão de negócios políticos e o abuso na nomeação dos cargos comissionados com critérios eleitoreiros, além de massivas propagandas institucionais, sem caráter educativo e com o dinheiro público.

Um governo pode estimular e potencializar as qualidades da nossa gente, ou pode omitir-se e desperdiçar nosso potencial. Hoje o RN está sem rumo e seu governo sem nenhuma credibilidade. Precisamos resgatar este Estado que tem lado e busca a justiça, constrói a solidariedade, reinventa formas de democracia direta e faz do seu povo protagonista na história.

Queremos uma sociedade unida, coesa e mobilizada em defesa do melhor para a nossa gente. Nossos jovens precisam de ações governamentais que garantam um futuro digno que passa necessariamente pelo fortalecimento da educação e da urgente evolução dos índices socioeconômicos que colocam o RN dentre os piores estados do Brasil.

Por tudo isso, o RN merece o governo do PSOL, merece o professor Carlos Alberto e Aparecida Dantas.

A RECONSTRUÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE E AS REFORMAS NECESSÁRIAS

A efetiva reconstrução econômica, social e administrativa do Rio Grande do Norte necessita de uma ampla mudança de concepção de Estado, a principal delas é a de que seus governantes e detentores de mandatos devem internalizar em suas mentes e práticas que o Estado existe para servir ao seus cidadãos e cidadãs, não para se servirem.

Inicialmente, elencamos aqui alguns pontos-chaves sobre a gestão estadual que são de suma importância para a reconstrução do Rio Grande do Norte e que representam o pensamento dos que integram o Partido Socialismo e Liberdade aqui no Rio Grande do Norte.

Consciente da importância e do papel dos governadores de estado, o professor Carlos Alberto vai atuar em defesa de um novo Pacto Federativo, da Reforma Política, da Reforma Tributária, da Reforma Previdenciária e da Reforma Administrativa.

A POLÍTICA DE ESTADO

A política de estado no Governo do PSOL será a da Educação. Metas ousadas como erradicar o analfabetismo e o analfabetismo funcional; colocar todas as crianças e adolescentes em escolas com educação em tempo integral, são metas possíveis e lutaremos por elas.

“Nossa Política de Estado será a Educação.”

Para que essa política de estado seja bem-sucedida, o PSOL conclama toda a Sociedade do Rio Grande do Norte a se juntar à causa da Educação.

Todos os entes do Estado norte-rio-grandense serão chamados a estabelecer de mãos dadas essa política de estado que buscará um Rio Grande do Norte livre de suas atuais mazelas econômicas e sociais. **Judiciário, Legislativo e Executivo devem se unir para a garantia de um futuro melhor para nossos descendentes com igualdade e justiça social.**

O PACTO PELO AJUSTE FISCAL

É imperioso também que todos os entes do Estado construam em conjunto às soluções para o ajuste fiscal do estado.

A partir do resultado das eleições, procuraremos estreitar os laços com os poderes constituídos do Rio Grande do Norte, tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Legislativo, para que em conjunto, e com o apoio dos técnicos em finanças públicas do Estado, possamos planejar como se dará a participação dos referidos entes no equilíbrio fiscal tão almejado.

OS PACTOS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

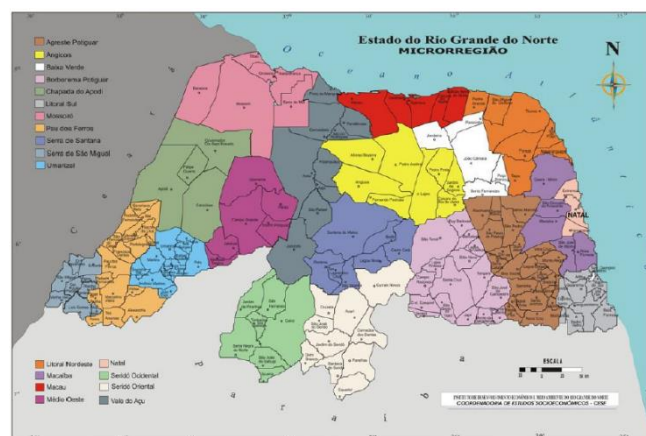
A **gestão será técnica e descentralizada**, com Escritórios Técnicos Regionais para desenvolver e implementar projetos por microrregião do estado do Rio Grande do Norte. Isso possibilitará o estabelecimento de uma agenda para cada região do estado.

Cada microrregião do estado do Rio Grande do Norte vai ser induzida a criar um **Consórcio entre os municípios e o Governo do Estado** para a maior efetividade da gestão pública, com foco na parcimônia e no compartilhamento do uso dos recursos públicos.

“O Desenvolvimento Econômico e Social será Pactuado por Regiões do Estado através da formação de Consórcios.”

Os Consórcios são parcerias entre os municípios para a realização de ações conjuntas, de vários serviços públicos que podem vir a ser compartilhados, tais como saneamento, saúde, educação, elaboração de projetos, dentre outros, incrementando assim a qualidade dos serviços públicos prestados à população, decorrentes principalmente do rateio dos custos entre os municípios participantes e o estado do Rio Grande do Norte.

Um passo importante, será a **criação das Regiões de Desenvolvimento**, formada por municípios da mesma microrregião, com forte incentivo à participação popular nas definições de suas estratégias.



É importante entender que cada microrregião do Rio Grande do Norte tem suas vocações econômicas que devem ser incentivadas, pois **cada região tende a se especializar nas atividades que possuam vantagem econômica para fazê-la.**

Deste modo, a gestão estadual deve **atuar na organização das cadeias produtivas de cada microrregião do Rio Grande do Norte**, ouvindo o Terceiro Setor, as Organizações Produtivas e as Instâncias Governamentais, para que se dê um **efetivo processo de planejamento participativo**.

PACTO FEDERATIVO

O pacto federativo engloba a divisão da receita dos impostos entre estados, municípios e União. Essa divisão vem prejudicando os estados e municípios, que não conseguem investir diretamente nas melhorias e demandas específicas de cada um.

O custo de intermediação para que os recursos sejam alocados do Governo Federal até os estados e municípios é extremamente elevado. Muitas idas e vindas à Brasília e às capitais dos estados são necessárias na tentativa de se obter recursos para investimento, representando um elevado dispêndio para os gestores estaduais e municipais. Como governador, Carlos Alberto irá lutar pela rediscussão do Pacto Federativo.

REFORMA POLÍTICA

A **reforma política** é necessária e urgente no Brasil. A grande maioria dos políticos que se elegem, em todas as casas legislativas brasileiras, só o conseguem devido aos elevados gastos em suas campanhas eleitorais.

Nos primeiros meses da gestão do PSOL levada a efeito pelo professor Carlos Alberto e Aparecida Dantas, os potiguaros perceberão que não representamos interesses escusos de nenhum dos grupos oligárquicos, que historicamente se alternaram no comando do poder executivo local, que vão desde “caciques” políticos e gerentes da ditadura militar, até envolvidos em escândalos de corrupção e improbidade administrativa, nacionalmente conhecidos.

O Rio Grande do Norte não terá sua gestão loteada para que o ciclo da corrupção eleitoral

seja completado. O financiamento das campanhas eleitorais percorre um caminho viciado, especialmente com o uso de recursos ilícitos através dos denominados caixa 2. O financiamento à candidatos em busca de facilidades na contratação de obras e serviços pelo poder público, em grande parte através de fraudes nos processos licitatórios.

A democratização do acesso aos cargos eletivos é a única maneira de garantir a efetiva representatividade da população brasileira na condução dos destinos da sociedade brasileira. Eleger pessoas novas num novo sistema político, essa é a principal mudança para o Sistema Político Brasileiro, que será uma luta do professor Carlos Alberto e do PSOL nesta eleição de 2018 e nas seguintes.

REFORMA TRIBUTÁRIA

A necessidade de se fazer a **reforma tributária** no Brasil é quase uma unanimidade. O Governo Federal vem promovendo medidas pontuais de desoneração, mas o problema tem que ser atacado de frente pelo Congresso Nacional. O elevado número de taxas, contribuições e impostos tem levado a economia brasileira a crescer menos do que poderia.

A incidência de impostos sobre o consumo e sobre o salário penalizam imensamente os trabalhadores, pois eles possuem uma maior propensão a consumir da sua renda disponível. Estudos devem ser feitos para apontar quanto de imposto é justo e necessário para que a economia cresça e os serviços públicos sejam oferecidos com qualidade.

O povo brasileiro não suporta mais a alta carga tributária sobre o consumo. Aqui no RN o Governo do Estado cobra 29% de ICMS sobre a gasolina, 23% sobre o álcool e 18% sobre o óleo diesel, são taxas absurdamente elevadas. Todas as vezes que o consumidor abastece seu carro paga muito imposto para o estado e para a união, em cada litro de gasolina vendido no

RN existem R\$ 1,89 em impostos (CIDE + PIS/COFINS + ICMS).

Carlos Alberto trabalhará na Reforma Tributária estadual, que deve ser concebida de uma forma inteligente, buscando **estimular as atividades econômicas desenvolvidas nos municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH**, para que as desigualdades sejam atenuadas. A agricultura familiar, as pequenas agroindústrias e indústrias, as cooperativas, devem receber estímulos e renúncias fiscais por estarem localizadas em regiões distantes da infraestrutura que proporciona melhor competitividade.

Para 2019 estão previstos na LDO quase R\$ 500 milhões em renúncia fiscal no Rio Grande do Norte beneficiando setores específicos de atividade econômica e algumas empresas. Quanto de emprego e riqueza foi gerada no território potiguar que justifique tamanha renúncia fiscal? Todas essas informações têm que ser discutidas abertamente com a sociedade de maneira transparente. A renúncia fiscal de mais de R\$ 500 milhões anuais deve ser revista, para que se avalie o cumprimento das contrapartidas contratadas junto ao Estado do Rio Grande do Norte, pelas empresas e setores de atividade econômica beneficiados.

Além disso, deve-se avaliar se os benefícios concedidos estão gerando a quantidade de empregos condizentes com o tamanho da renúncia fiscal. Os incentivos previstos para o PROADI em 2019 superam R\$ 320 milhões, beneficiando apenas 84 das mais de 10.000 indústrias existentes no Rio Grande do Norte.

Da mesma forma, incentivos são dados aos grandes produtores de açúcar e álcool, que se localizam nas melhores regiões do estado em termos de terra e índices pluviométricos, em detrimento dos mais de 83.000 produtores rurais, 71.000 destes enquadrados como Agricultura Familiar, que não recebem renúncia fiscal alguma.

O maior incentivo que o Governo pode dar é transferir renda para que a população aumente seu consumo. Isso pode ser feito com a redução das alíquotas de ICMS para as pessoas de renda mais baixa para que essas aumentem seu poder de consumo. A redução da alíquota de ICMS sobre a energia para os mais pobres com certeza produz efeitos mais positivos para a economia do que incentivar grandes indústrias.

“Realizaremos estudos para reduzir impostos sobre o consumo, aumentando a renda dos mais pobres.”

A energia rural é taxada com 18% de ICMS quando poderia ser reduzida ou até eliminada para compensar a árdua tarefa de produzir nas difíceis condições do semiárido nordestino. **Vamos fazer a riqueza ser criada no campo.**

Resumindo, **vamos nos concentrar nas necessidades dos mais pobres, ao invés de governar para os interesses dos poderosos.**

Essas medidas irão proporcionar crescimento econômico para o Rio Grande do Norte, criar um círculo virtuoso de geração de renda e emprego e, gerando caixa para que o estado aprimore e forneça os serviços públicos necessários.

REFORMA PREVIDENCIÁRIA

A solução para a crise financeira do Rio Grande do Norte pode ser resolvida com uma mudança na legislação previdenciária. Em 2018, a Lei de Diretrizes Orçamentárias prevê uma receita previdenciária de R\$ 736 milhões e uma despesa de R\$ 2 bilhões e 174 milhões, gerando esse déficit anual de R\$ 1,44 bilhões. Os estados brasileiros são obrigados por Lei a depositar esses recursos em fundos previdenciários. Como um estado pobre como o Rio Grande do Norte pode se dar ao luxo de ter mais de R\$ 1 bilhão depositado num fundo previdenciário, como ocorreu em 2014? É como se um pai de

família deixasse de pagar a mensalidade do colégio de seus filhos para depositar dinheiro na poupança.

Buscaremos uma solução dialogando com os servidores públicos estaduais, construindo-a também ouvindo os especialistas da área previdenciária. A contribuição previdenciária feita pelos próprios servidores deve ser investida de forma a garantir segurança e rentabilidade suficientes para a aposentadoria de cada um.

Os recursos para o investimento público serão otimizados com mudanças na legislação previdenciária que está penalizando os estados pequenos.

O aporte de recursos no fundo previdenciário através de imóveis pertencentes ao estado pode ser uma saída para atenuar o problema. Como exemplo, podemos citar o caso do Natal Shopping Center, que tem como um de seus proprietários um Fundo de Pensão que beneficia mais de 2 milhões de pensionistas do estado de Quebec, no Canadá. O Estado tem diversos imóveis que podem garantir renda para o pagamento das aposentadorias de seus servidores, a cada dia acrescido de imóveis provenientes de execuções de dívidas fiscais.

As alternativas construídas devem contar com leis federais que beneficiem diversos estados, pois esse não é um problema exclusivo do Rio Grande do Norte. Os governadores eleitos em 2018 e as bancadas federais terão que ser conscientes de seus papéis e pressionar o Governo Federal para a adoção de soluções inteligentes para resolver essa questão.

GESTÃO TÉCNICA, DESCENTRALIZADA E COM O EMPODERAMENTO DO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL

A Gestão do professor Carlos Alberto e de Aparecida Dantas será composta por um corpo

de gestores formado por servidores públicos de carreira, técnicos especializados nas mais diversas áreas profissionais e de projetos, professores, médicos, policiais civis e militares, que possuam formação nas mais diversas áreas do conhecimento, incluindo arquitetura, engenharias, direito, administração, dentre outras, para apoiar o Governo do Estado e seus municípios na elaboração dos documentos e projetos necessários para uma gestão pública de resultados.

“Cargos Comissionados do Estado só serão Exercidos por Servidores Públicos de Carreira.”

Iremos empoderar o servidor público estadual para que ele atinja sua plenitude profissional. Os cargos de gestão no Rio Grande do Norte serão ocupados por servidores públicos de carreira do Estado, **não serão utilizados como moeda de troca com objetivos eleitorais.**

FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DOS CONSELHOS

Nossa gestão buscará **recuperar a capacidade institucional dos Conselhos Estaduais.** Esses conselhos agem como instâncias democráticas e participativas que envolvem todos os atores, discutindo, deliberando e solucionando os problemas do RN.

A gestão do PSOL destinará recursos para que os Conselhos atuem fortemente. O fortalecimento das instituições permitirá que as informações fluam das instâncias mais elevadas, como os Ministérios federais, para as mais próximas da base, como os Consórcios e Secretarias Municipais.

MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A modernização administrativa é um processo que busca a melhoria dos processos de gestão das organizações e, portanto, trata de questões relativas à estrutura organizacional, mapeamento e padronização de processos, planejamento estratégico, e ainda ao comprometimento organizacional e outros conceitos correlatos, como a motivação das pessoas em realizar suas tarefas.

Ao passar por um processo de modernização administrativa uma organização tem a oportunidade de aumentar a eficiência e a efetividade de suas ações, reduzir custos, tornar os processos mais céleres, ter foco nos resultados (serviços públicos). Nesse sentido, o processo de modernização organizacional proposto aqui é baseado em dois modelos: o modelo da nova gestão pública alinhado com o modelo da organização profissional, que se apoiam no uso das técnicas da administração.

O modelo da nova gestão pública é sintetizado em quatro ideias “impulso para eficiência, *downsizing* e descentralização, busca pela excelência nos serviços e orientação para serviços públicos”. Essa síntese retrata o desenvolvimento que o Estado pretende atingir na execução de seus serviços, baseados em mecanismos do setor privado, contudo sem deixar de considerar as particularidades do setor público.

O modelo da organização profissional sugere uma estrutura que valoriza profissionais altamente qualificados e especializados em detrimento da especialização funcional. Permitindo maior relevo às especializações das qualificações individuais do que na divisão do trabalho.

Isto implica em uma estrutura descentralizada horizontal e verticalmente, originando uma maior autonomia individual, contribuindo para a rapidez no processo decisório e por

consequente na resolução mais rápida dos problemas demandados pela sociedade.

Desta forma, percebe-se que ao tornar híbrido os dois modelos, é possível sugerir uma estrutura mais horizontal, com foco nos resultados, formada por profissionais qualificados, viabilizando à aproximação cada vez maior e mais intensa com usuário, permitindo o atendimento, não apenas mais rápido, como também mais assertivo das demandas dos cidadãos.

Para elaborar a proposta de modernização administrativa é necessário o desenvolvimento de duas fases: 1) o diagnóstico, composto de duas etapas; e 2) o planejamento, com três etapas.

No diagnóstico, busca-se o levantamento sucinto da evolução da organização e seus respectivos efeitos ao longo das mudanças na estrutura, levando-se em conta, principalmente, as deficiências e problemas da estrutura atual, por isso, ele deve conter a caracterização da organização através de uma análise preliminar situacional da mesma. Nesta fase, 1) deve ser realizada uma análise dos componentes da estrutura organizacional, e 2) a partir daí evidenciar os principais problemas organizacionais.

A fase de planejamento trata da elaboração da proposta da estrutura baseada no modelo da nova gestão pública e da organização profissional, sendo composta:

1) pela definição dos objetivos pretendidos com a mudança na estrutura organizacional, cabe ressaltar que é um processo construtivo, onde há a participação de todos os envolvidos, porém a definição dos objetivos quando é feita pela alta administração, é corretamente orientada para os macroresultados da organização;

2) pela visão bem estruturada dos processos, de modo que se possa conhecer as principais rotinas de trabalho, podendo formatar a estrutura de acordo a sinergia dessas rotinas

(processos), permitindo maior eficiência e cooperação no alcance dos resultados; e,

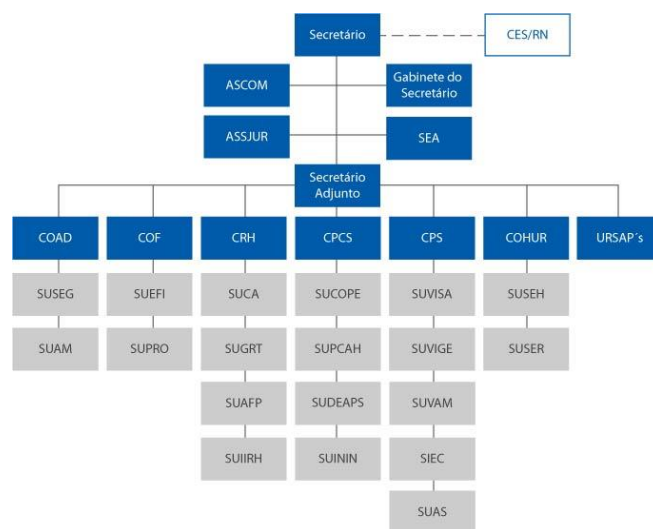
3) pelas estratégias de agrupamento dos recursos organizacionais, ou seja, os processos precisam ser agrupados ou reagrupados de acordo com os princípios da reestruturação, nessa proposta busca-se resgatar o princípio que cada estrutura organizacional deve ser organizada de acordo com os principais processos de trabalho sob sua responsabilidade e na busca permanente por resultados.

Sendo assim, com o desenvolvimento de cada uma das etapas supracitadas é possível propor uma estrutura alinhada à altos índices de desempenho organizacional, visto que na sua essência terá para além da correta divisão do trabalho e alcance da coordenação, a efetividade das ações e aproximação dos usuários dos serviços públicos, os cidadãos. Desta forma, o Estado poderá oferecer serviços de maior qualidade, no tempo certo e mais próximo da sociedade.

IMPLANTAÇÃO DA GESTÃO DE PROJETOS NA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO

Há uma busca hoje por estruturas organizacionais mais responsivas e que atendam os interesses da população, mas o que ocorre é que há a utilização predominante de estruturas chamadas funcionais, que tendem a ser orientadas para suas atividades.

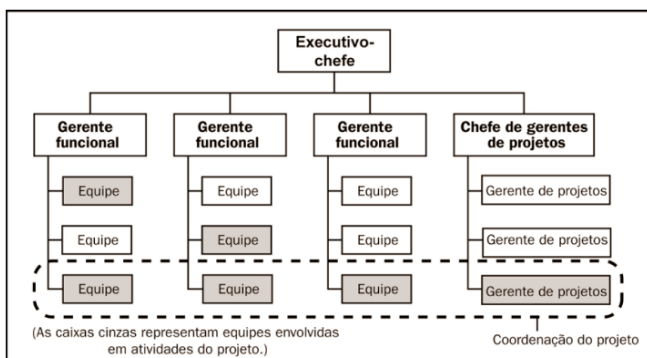
A administração estadual no Rio Grande do Norte é organizada com a utilização de estruturas funcionais, como a da SESAP apresentada na Figura a seguir:



Essas estruturas funcionais possuem diversas desvantagens e problemas que acabam afetando a agilidade que a população espera dos serviços públicos, tais como:

- Os projetos públicos não são executados segundo os cronogramas definidos;
- Existe uma alta variação de performance nos projetos, inclusive do ponto de vista orçamentário;
- Muitas pessoas talentosas são subutilizadas e desmotivadas com o serviço público;
- Há muita queixa quanto ao atraso de alguns grupos que conduzem os projetos, inclusive uma série de relatos de devolução de recursos por não utilização;
- Há uma insatisfação da população com a qualidade dos serviços e obras públicas.

Nossa proposta é de que a gestão estadual passe a ser orientada por projetos. Propomos que seja criada uma Secretaria de Coordenação de Projetos, ou uma Subsecretaria ligada à Secretaria de Planejamento ou de Administração, conforme a Figura apresentada a seguir, que contempla um modelo de estrutura matricial forte.



cada equipe de projeto pode ser especializada em um Programa Federal.

USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A tecnologia da informação e comunicação (TIC) será o instrumento natural de apoio a modernização administrativa proposta. Sistemas de Informação e Infraestrutura projetados de acordo com a demanda dessa nova fase governamental permitirão a execução e o controle dos projetos e das ações oriundas da proposta de modernização administrativa.

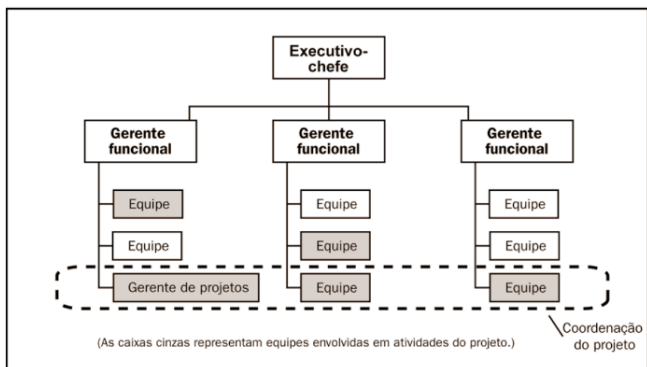
O governo fará uma grande mudança na forma que adquire, implementa, gerencia e utiliza os sistemas de informação e priorizará o bom uso da informação. Aspectos de integração da informação das várias secretárias, otimização dos processos de trabalho e o desenvolvimento de indicadores de desempenho da máquina administrativa serão temas centrais na proposta a ser desenvolvida para a área de TIC.

A TIC deverá assegurar ao governo o suporte de informação adequado, facilitando aos interessados a obtenção das informações disponíveis, resguardados os aspectos de integridade, confidencialidade e autenticidade, bem como restrições administrativas e limitações legais.

A TIC deverá adotar como diretrizes básicas nesse novo momento:

- Promover a integração e a articulação entre os programas de governo, projetos e atividades;
- Estimular o uso racional dos recursos, no âmbito do governo, visando à melhoria da produtividade da máquina administrativa;
- Estimular o desenvolvimento, a padronização, a integração, a interoperabilidade, a normalização dos serviços de produção e disseminação de informações, de forma descentralizada;

Além disso, dentro de cada Secretaria de Estado e dos outros demais órgãos da administração estadual, iremos estimular a adoção da gestão de projetos por meio do uso do modelo de estrutura matricial equilibrada, apresentada na Figura a seguir.



O uso das estruturas matriciais, possibilita inúmeras vantagens para o serviço público, dentre elas:

- Existe um responsável pelo projeto: o gerente de projeto;
- Utiliza toda a capacidade técnica do corpo de servidores do estado;
- A estrutura matricial é flexível;
- O projeto possui representantes de todas as áreas ligadas à natureza do projeto;
- Cada integrante possui sua “casa”, depois de encerrado o projeto volta para ela;
- Uma base técnica é desenvolvida e a equipe adquire experiência;
- Agilidade na captação de recursos federais através da formalização de Convênios, pois

- Propor adaptações institucionais necessárias ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão e uso da informação;
- Estimular e promover a formação, o desenvolvimento e o treinamento dos servidores usuários dos sistemas de informação.

O plano estratégico de TIC (PETIC) a ser desenvolvido no início da gestão deverá estar alinhado com a estratégia de governo e com as diretrizes acima no sentido de prover o governo de novos sistemas e de uma infraestrutura que permita a realização dos objetivos traçados.

TRANSPARÊNCIA

Nossa gestão frente ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte perseguirá a absoluta **lisura e transparência nas Licitações e Contratações públicas estaduais**. Não aceitaremos licitações com cartas marcadas, mesmo onde só existam poucos fornecedores para algum bem necessário, iremos comprar apenas com preços praticados no mercado.

O Rio Grande do Norte deve **retomar a Arena das Dunas e cancelar o contrato com a OAS**. É isso o que defendo como candidato do PSOL ao Governo do Estado.

O Estado já terá pago aproximadamente R\$ 500 milhões pelo equipamento até 2018, bem mais que o custo real da obra, que foi orçada em R\$ 400 milhões inicialmente, mas que custou R\$ 77 milhões menos, segundo apuração dos órgãos fiscalizadores.

VALOR PAGO EM 5 ANOS: R\$ 500.000.000,00

(-) CUSTO DE CONSTRUÇÃO: R\$ 400.000.000,00

LUCRO ATÉ 2018 R\$ 100.000.000,00 (25%)

Ao final do contrato, a Arena das Dunas custará R\$ 1,2 bilhão ao RN. As prestações mensais hoje chegam a R\$ 12 milhões, que podem ser

revertidos em escolas, segurança pública e saúde. Restam-nos ainda R\$ 700 milhões aproximadamente a serem pagos.

A Arena foi vendida ao Estado do Rio Grande do Norte a um preço abusivo, contrariando os limites de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) usuais para as obras públicas, que é de 22,12% segundo o Tribunal de Contas da União.

PREÇO VENDIDO AO RN: R\$ 1.200.000.000,00

(-) CUSTO DE CONSTRUÇÃO: R\$ 400.000.000,00

MARGEM BRUTA DE LUCRO: R\$ 800.000.000,00 (66,7%)

É importante lembrar que delatores da Lava Jato já descreveram que as licitações das arenas e estádios nos vários estados foram fraudadas, já se configurando um motivo para a denúncia dos contratos firmados. Além disso, também foram relatados pagamentos de propinas a políticos, inclusive potiguares que estão sendo alvo de investigações.

FAZER MAIS COM MENOS: A ADOÇÃO DE TÉCNICAS MODERNAS DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS

O grande desafio da gestão estadual nos próximos quatro anos será a de entregar mais serviços públicos à população com a utilização de menos recursos. Para isso, é necessário a adoção na administração estadual dos princípios da “manufatura enxuta”, princípios aplicados originalmente no Japão do pós-guerra e baseados na filosofia de vida oriental.

Queremos oferecer melhor educação, melhor saúde, melhor segurança e melhores serviços de transporte de massa. Há na sociedade um clamor e a esperança em ver mudanças, e rápido.

Entretanto, os recursos necessários para atender a essas expectativas são enormes, principalmente em um estado como o Rio

Grande do Norte, onde os governos vêm deixando muito a desejar em sucessivas gestões.

Fazer mais com menos não será uma busca pelo corte nos orçamentos, mas sim pela elevação do nível de controle, pela redução de estoques desnecessários, pela compra nas quantidades necessárias com adequados estoque de segurança.

Saber a necessidade a ser utilizada nos serviços públicos proporciona um melhor poder de negociação nas compras governamentais, fazendo o serviço público atingir mais pessoas.

A necessidade de valorizar o dinheiro público está sob os holofotes, como nunca esteve.

Para atender essas demandas, é necessária a adoção de técnicas "enxutas" há muito usadas no setor privado.

A prestação de serviços "lean" irá mostrar que podemos, não apenas melhorar os serviços públicos, mas também transformá-los para melhor. Essa abordagem enxuta rompe com a visão de que deve haver uma troca entre a qualidade dos serviços públicos e o custo de fornecê-los. Não, podemos fazer mais com menos!

OS 100 PRIMEIROS DIAS DE GESTÃO

A primeira meta ousada para a recuperação da capacidade de planejamento e de gestão do estado do Rio Grande do Norte será a de fazer um **completo censo dos Servidores Públicos do estado, para identificar a formação profissional e a capacidade latente** de cada um, nos primeiros 30 dias de gestão.

Desde a mal sucedida Reforma Administrativa implantada no Governo Estadual no ano de 1995, quando diversos órgãos estaduais foram fechados, dentre eles as sociedades de economia mista: Companhia de Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte (CDI), Companhia de Desenvolvimento de Recursos Minerais do Rio Grande do Norte (CDM), Companhia de Habitação Popular do Rio

Grande do Norte (COHAB), Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA), diversos servidores qualificados ficaram sem desenvolver plenamente sua capacidade de trabalho, muitos vagando pela administração.

Outra meta importante a ser atingida nos primeiros 30 dias será a da **formação dos Consórcios entre os municípios e o estado, nas diversas microrregiões** do Rio Grande do Norte.

Aos 45 dias de gestão, teremos cada servidor compondo equipes de trabalho na área de atuação de suas formações e experiências profissionais.

Ao término do segundo mês de gestão, com todas as potencialidades profissionais identificadas, **analisaremos toda a regulamentação dos Programas implantados pelo Governo Federal e criaremos equipes de projetos para cada Programa Federal.**

Com as equipes de servidores formadas, bem como os Consórcios municipais **iniciaremos o planejamento regional até os 100 dias de gestão.**

Ao completar 100 dias de gestão, estaremos com todas as equipes formadas, com o planejamento realizado, atuando em cada um dos Consórcios regionais formados, na educação, na saúde, na segurança, no pacto pelo desenvolvimento, em todas as áreas de interesse social.

EIXOS DE GESTÃO

Este Plano de Gestão está organizado de acordo com os eixos temáticos que balizarão a gestão do professor Carlos Alberto como governador:

- Educação
- Segurança, Justiça e Cidadania
- Saúde
- Desenvolvimento
- Infraestrutura
- Igualdade e Cidadania

- Cultura
- Proteção Animal

A seguir, serão apresentados breves diagnósticos de cada um dos eixos de gestão que a gestão do professor Carlos Alberto perseguirá como Governador para que o Rio Grande do Norte possa elevar suas expectativas de desenvolvimento.

SEM INVESTIR EM EDUCAÇÃO FICAREMOS CONDENADOS À MISÉRIA

Causa indignação a situação do Rio Grande do Norte, onde não existe uma política de estado, apenas programas eleitoreiros que prometem o que as pesquisas qualitativas apontam nas vésperas das eleições. **Nossa política de estado tem que ser a da educação**, a segurança e o desenvolvimento vêm logo em seguida, são consequências naturais.

Carlos Alberto é professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação em Administração e em Turismo, tendo ingressado na UFRN em 1999. Exerceu no período de 2005 a 2007 a coordenação do Programa de Pós-Graduação em Administração, de 2014 a 2017 a coordenação do Curso de Graduação em Administração, sendo atualmente o vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Turismo.

A garantia de acesso à educação com qualidade será fundamental para o Brasil manter os avanços que tivemos nos últimos anos. **O desafio do Brasil e do Rio Grande do Norte continua sendo o do enfrentamento da miséria**, há no Rio Grande do Norte 11,3% da população na extrema pobreza, segundo dados do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/2018, que em números reais chega a 398 mil pessoas.

Os países que conseguiram vencer a luta contra a miséria foram os que investiram fortemente na educação. A prioridade do governo será a educação, por ela se atinge e se soluciona outros problemas graves como a segurança pública e o desenvolvimento.

Não há mais como ficar se tapando o sol com a peneira, sem investir em educação ficaremos condenados à miséria. Segundo dados do IBGE 9% da população do Rio Grande do Norte vive na extrema pobreza, são mais de 300.000 pessoas. 17% da população é analfabeta, em alguns municípios o número beira os 40%. **Vamos implantar nas escolas um Programa para erradicar o analfabetismo no Rio Grande do Norte.**

O Rio Grande do Norte precisa fazer com que as pessoas atinjam um patamar socioeconômico compatível com o dos habitantes dos países desenvolvidos. **Para isso, os investimentos em educação devem e serão ampliados. Nossos desafios agora são maiores!** O acesso à educação de qualidade levará o Rio Grande do Norte a patamares mais elevados de desenvolvimento, de forma sustentável.

A situação do ensino público no Rio Grande do Norte é extremamente preocupante, somos avaliados no IDEB como o segundo pior Ensino Médio do Brasil e como o terceiro pior Ensino Fundamental. De 2009 para cá houve uma redução de 92.000 matrículas, ou seja, crianças e jovens deixaram as escolas.

Não é de se estranhar que o Rio Grande do Norte seja o estado brasileiro onde a violência mais cresceu nos últimos 15 anos e o assassinato de jovens tenha sido quatro vezes maior.

A grande maioria dos governadores do RN tiveram a chance de fazer e não fizeram pela educação, não tiveram a capacidade de enxergar que o Rio Grande do Norte precisava investir seriamente na educação, todos foram extremamente negligentes com a educação e

com os professores, sempre remuneraram mal e não deram infraestrutura para o ensino.

Um relatório de monitoramento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação divulgado pelo INEP mostrou que aproximadamente 120 mil crianças potiguaras estão fora da escola. o RN está longe de atingir a meta do plano que prevê pelo menos 50% do público infantil matriculado nas instituições de ensino até 2024. Atualmente, são 33,4%.

A escola é um espaço fundamental para o desenvolvimento das crianças, jovens e adultos em toda e qualquer sociedade. É também uma oportunidade de os encaminhar para um futuro melhor e resgatar a esperança de expectativa de vida com dignidade e emancipação a partir de uma visão crítica.

A educação tem um enorme poder de transformação, por esse modo é imprescindível reconhecermos o papel que tem a escola para homens e mulheres, sabendo também, que não será ela a única responsável pelas transformações da sociedade, pois vem orientada muitas vezes para a manutenção das estruturas sociais e econômicas dominantes, que impedem a própria transformação. É nesse sentido que Paulo Freire é enfático ao afirmar que “a transformação da educação não pode antecipar-se à transformação da sociedade, mas esta transformação necessita da educação”.

Em todo o seu trabalho, Paulo Freire busca a coerência entre a razão humana e a consciência, pela qual a pessoa pode transformar-se e transformar o seu contexto social. Para o que é necessário a formação do ser humano realmente livre. Por ser livre, vai a origem das coisas, não deixando manipular-se, já que submete sua ação à reflexão, não permitindo massificar-se, ou seja, pela formação da consciência crítica, em que o ato de educar conduz a liberdade, combatendo a alienação das pessoas através da compreensão do indivíduo como ser ele mesmo, desenvolvendo suas potencialidades, humanizando-se no exercício

da responsabilidade que tem frente as mudanças sociais.

A maioria dos jovens e crianças que estão nos semáforos estuda ou estudou em escolas públicas.

Os educadores precisam proporcionar uma alfabetização que não somente privilegie a leitura das palavras, mas que enfatize também a leitura de mundo do educando. Pois, sabemos que o indivíduo, antes mesmo de entrar na escola, já teve contato com o mundo e, assim sendo, traz muitas experiências para a sala de aula. Esse tipo de Educação deve permitir uma maior interação do indivíduo com: a socialização, a autoestima e o desenvolvimento do raciocínio crítico num contexto de leitura dentro e fora da sala de aula.

Precisamos, mediante esse tipo de Educação libertadora e transformadora, formar um cidadão mais consciente da realidade onde ele vive e esse não é um desafio fácil se não começarmos agora, na verdade, já estamos muito atrasados nesse processo.

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO PRIORIDADE

Na gestão do PSOL, o Governo do Estado vai implementar um Programa para destinar recursos para a construção ou reforma de creches municipais e pré-escolas para crianças de até cinco anos em todo o Rio Grande do Norte. **Os recursos destinam-se à construção e também à aquisição de equipamentos e mobiliário para creches e pré-escolas públicas da educação infantil.**

“Implantar o maior Programa de Creches do Brasil.”

A Gestão do professor Carlos Alberto buscará apoiar os municípios do Rio Grande do Norte com a **construção de creches e pré-escolas.** Há

uma tendência nos países de primeiro mundo em antecipar a entrada das crianças nas escolas, com pesquisas que apontam a elevação no desenvolvimento cognitivo e social delas.

ESCOLAS COM EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A **educação em tempo integral** é um objetivo a **ser perseguido** pela Gestão do PSOL para que efetivamente seja implantado no estado do Rio Grande do Norte.

O governo estadual poderá contar com a Gestão do professor Carlos Alberto para que a **educação em tempo integral seja implantada no maior número de escolas possíveis**. A gestão buscará uma forte interlocução junto ao Ministério da Educação para que isso ocorra e também serão destinados recursos do estado para apoiar a adequação física das escolas que desejarem aderir ao sistema de educação em tempo integral.

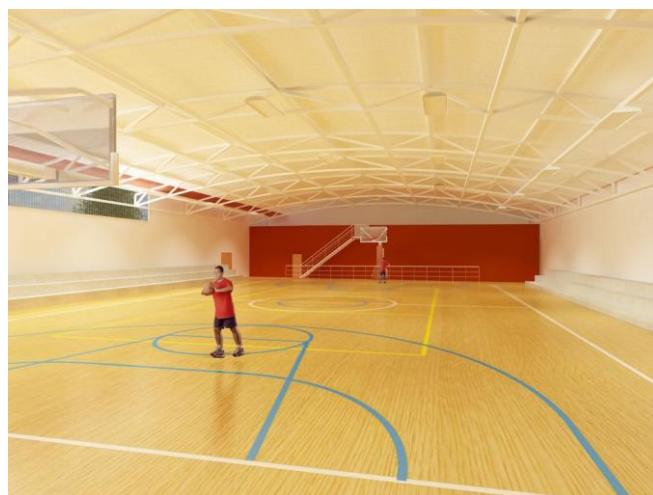
Ao oferecer **educação integral** ou **jornada ampliada**, as **redes públicas** contribuem para **qualificar a aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens, reduzir a repetência e a evasão escolar**. Escolas que ingressam no programa oferecem, no mínimo, sete horas diárias de atividades, que compreendem aula das disciplinas do currículo, orientação de leitura e estudo, acompanhamento pedagógico e atividades orientadas nos campos da cultura e dos esportes.

“Todas as Escolas Públicas com Educação em Tempo Integral.”

Além disso, as escolas devem oferecer uma relação de atividades nas áreas de educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; música, cultura e artes; cultura

digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; línguas; investigação no campo das ciências da natureza; e educação econômica.

A educação em tempo integral deve ser fortemente apoiada na prática esportiva. O Governo estadual também apoiará a **construção de quadras cobertas nas escolas**. A construção de quadras cobertas novas e a construção de cobertura para quadras já existente serão priorizadas para que elas possam ser utilizadas o dia inteiro.



O Governo do Estado deve dar o máximo apoio para o fortalecimento da Coordenadoria de Desportos para a revitalização dos Jogos Estudantis do Rio Grande do Norte – JERNs, que tanta motivação trás para a Juventude do estado.

O PAPEL DA UERN

O desenvolvimento social e econômico do Rio Grande do Norte passa pela UERN, pois ela está presente em quase todas as regiões do estado, atuando fortemente na Graduação e na Pós-graduação.

Vemos a UERN como a executora de uma política governamental abrangente no ensino e na pesquisa aplicada. A UERN deve assumir um papel preponderante em nossa gestão, pois tendo a educação como prioridade a UERN será

um braço de atuação do governo para a elevação de nossos indicadores educacionais.

Nosso governo irá expandir o número de vagas ofertadas na UERN para a garantia de ensino superior gratuito a todo norte-rio-grandense que assim desejar, com isso, estaremos fortalecendo cada vez mais o ensino superior público e contribuindo na consolidação do sonho de milhares de jovens, adultos e idosos que sonham com uma universidade.

Vamos dotá-la de equipamentos capazes de oferecer milhares de vagas via EAD – Educação à Distância, presando sempre pela qualidade, ou seja, a UERN deverá manter-se viva e fortalecida, ao contrário do que defendem alguns aspirantes ao governo que defendem o encerramento do seu ciclo, o que seria regredir no processo educacional.

A UERN terá que cumprir um papel estratégico na consolidação das políticas públicas de Estado, sendo ela a responsável pela qualificação do quadro efetivo e comissionado de servidores do RN, seja de modo presencial ou virtual.

APOIO A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

Como educador, o professor Carlos Alberto vai atuar para o fortalecimento e a manutenção dos Institutos Federais no Rio Grande do Norte. Sabendo que o estado precisa **criar oportunidades para os jovens**, vai buscar a formação de parcerias com o setor produtivo, para que os jovens formados tenham mais inserção no mercado de trabalho, de acordo com as vocações e potencialidades de cada microrregião do Rio Grande do Norte.



SEGURANÇA, JUSTIÇA E CIDADANIA

Segurança, Justiça e Cidadania são temas distintos, mas que possuem um inimigo em comum, a ação criminosa do tráfico de drogas e do crime organizado. O crime organizado e o tráfico são os responsáveis pela escalada de violência que atinge o Brasil. A violência tem crescido bastante no decorrer dos anos e atinge em escala muito maior a população mais pobre do estado.

“Combater o Crime Organizado, o Tráfico de Drogas, para garantir segurança ao Rio Grande do Norte.”

O número de homicídios no estado atinge índices de países que se encontram em guerra, assolados pela fome ou atingidos por catástrofes naturais. Em 2017 foram 2.405 homicídios no RN, uma taxa de 56,9 homicídios para cada 100 mil habitantes, muito superior a taxa máxima aceitável pela ONU, que é de 10/100 mil habitantes.

Cada microrregião do estado, através de um Pacto entre seus municípios, definirão com as polícias civil e militar as estratégias e táticas

que serão utilizadas para garantir a segurança da região, seja montando barreiras policiais nas divisas, identificando rotas de fuga, ou seja, segurança é responsabilidade de todos!

Assim, uma bandeira defendida pelo candidato a governador Carlos Alberto é a **melhoria da infraestrutura de Segurança para o estado, apoiando a ampliação do efetivo e a modernização das instalações e de equipamentos das polícias civil e militar**. A utilização da mais alta tecnologia é fundamental para a Segurança Pública.

Atualmente, a Polícia Civil do Estado do RN trabalha com um efetivo de 1.428 pessoas, 27,73% do necessário, segundo estudos do Sindicato da categoria. São apenas 1.065 agentes, 188 escrivães e 174 delegados para todo o Rio Grande do Norte.

FOCO NA INTELIGÊNCIA POLICIAL E NA CAPACIDADE DE INVESTIGAÇÃO

Temos que ampliar fortemente a inteligência e a capacidade investigativa da polícia. As delegacias de polícia do estado tem que ser modernizadas, reconstruídas, com manutenção permanente de suas instalações elétricas, hidráulicas, de informatização e seus sistemas de segurança. Isso permitirá que os policiais trabalhem num ambiente seguro, mesmo considerando a natureza da atividade policial. Do mesmo modo, seguro para o policial também o será para o cidadão que precisa utilizar seus serviços.

ANO	RECURSOS LIBERADOS	% ORÇAMENTO REALIZADO
2015	R\$ 13.734,00	0,14%
2016	R\$ 68.335,00	0,71%
2017	R\$ 129.045,30	1,10%

No entanto, não é isso o que vem acontecendo no Rio Grande do Norte ao longo das últimas gestões estaduais. No período de 2015 a 2017,

muito pouco da previsão orçamentária foi efetivamente liberada para o investimento em capacidade investigativa, conforme apresentado na Tabela anterior.

RECUPERAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA CIVIL

Com esse objetivo, a gestão do professor Carlos Alberto, destinará recursos para que as **delegacias de polícia do estado sejam recuperadas e modernizadas ou para que novas delegacias sejam construídas, aumentando a capacidade de investigação da Polícia Civil do estado.**

É necessário para a segurança da atividade que as delegacias do estado não abriguem presos. A utilização das delegacias para este fim tira do ambiente de trabalho a capacidade física de realizar o trabalho investigativo da Polícia, que necessita imprescindivelmente de sigilo.

Aliado a isso, defende uma profunda reforma no sistema prisional do estado, com a ampliação de vagas e a reforma das unidades prisionais, separando os presos conforme a natureza dos crimes e sua periculosidade.

MODERNIZAÇÃO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

Conscientes das falhas do sistema prisional brasileiro e de suas causas, decorrência natural dos baixos investimentos sociais seculares, desde o Brasil Colônia, sabemos que o sistema deve existir para deter o crime organizado e os criminosos que cometem crimes hediondos. No entanto, não é o que vem ocorrendo nos presídios brasileiros onde se encarcera pessoas que cometem pequenos delitos junto à criminosos reincidentes e perigosos.

Sem a modernização e ampliação do número de vagas nas unidades prisionais será impossível dar condições de trabalho à Polícia Civil do estado. O Rio Grande do Norte passa hoje por uma situação de déficit no número de vagas em presídios. Se os crimes de homicídio ocorridos

no Rio Grande do Norte anualmente fossem todos solucionados, não haveria condições de se abrigar esses detentos.

Todas as microrregiões do estado devem ter a capacidade de abrigar seus detentos. **Para isso, novas cadeias públicas, penitenciárias, complexos penais, unidades de custódia e centros de detenção provisória devem ser construídos em todo o estado.** A proximidade dos detentos com suas famílias e com a sua comunidade de origem dará a todos eles uma maior capacidade de ressocialização, objetivo a ser perseguido.

Cada unidade prisional deve ter um projeto arquitetônico e de engenharia adequado à periculosidade dos detentos que irá abrigar. Não adianta construir unidades prisionais extremamente fortes, paredes e piso de concreto armado abaixo do solo para abrigar presos acusados de pequenos furtos e roubo, pois isso é desperdício de dinheiro público.

Por outro lado, os investimentos devem ser carregados para a construção de unidades prisionais modernas e de extrema segurança, e que tenham também condições propícias de ventilação, iluminação, com incidência de sol e com pé direito adequado às altas temperaturas das regiões do estado.

As unidades prisionais devem ter espaços para atividades educativas, laborais e religiosas, que propiciem a ressocialização dos presos ao término do cumprimento de suas penas. Devem também ter áreas administrativas bem planejadas e confortáveis alojamento para os agentes penitenciários.

Neste sentido, a gestão do professor Carlos Alberto, destinará recursos para a **construção de novas unidades prisionais em todas as regiões do estado, bem como na completa reforma e modernização das unidades prisionais existentes.**

Esses projetos são fundamentais para o combate ao tráfico de drogas e para evitar a mortandade dos jovens nas periferias.

A SAÚDE É UM DIREITO, NÃO É UM NEGÓCIO

De todas as políticas sociais, o oferecimento de serviços públicos de saúde é uma obrigação intransferível do poder público. No RN, os hospitais regionais atendem precariamente, sem falar que os últimos governantes, irresponsavelmente transferiram a gestão de diversos hospitais regionais para prefeituras que não têm condições para administrar os serviços.

A DEFESA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

Defendemos a universalidade, a equidade e a integralidade como princípios irrenunciáveis do Sistema Único da Saúde (SUS). A universalização, pois a saúde é um direito de cidadania de todas as pessoas e cabe ao Estado assegurar este direito, sendo que o acesso às ações e serviços deve ser garantido a todas as pessoas, independentemente de sexo, raça, ocupação, ou outras características sociais ou pessoais. A equidade, pois o objetivo é diminuir desigualdades. Apesar de todas as pessoas possuírem direito aos serviços, as pessoas não são iguais e, por isso, têm necessidades distintas. Em outras palavras, equidade significa tratar desigualmente os desiguais, investindo mais onde a carência é maior. A integralidade, pois as pessoas assim o são, como um todo, atendendo a todas as suas necessidades. Para isso, é importante a integração de ações, incluindo a promoção da saúde, a prevenção de doenças, o tratamento e a reabilitação. Juntamente, o princípio de integralidade pressupõe a articulação da saúde com outras políticas públicas, para assegurar uma atuação intersetorial entre as diferentes áreas que tenham repercussão na saúde e qualidade de vida dos indivíduos.

Apesar desses princípios e do que reza a Constituição do Brasil, é só ir a qualquer uma das unidades de saúde pública de emergência ou urgência do Rio Grande do Norte para se deparar com a situação desumana à qual o nosso povo é submetido. Pessoas que precisam de cuidados são alojadas em macas desconfortáveis amontoadas pelos corredores. Faltam equipamentos para exames simples e até remédios.

O PRONTO ATENDIMENTO

Uma política de saúde de extrema importância é a criação da rede de Unidades de Pronto Atendimento para atender todo o estado do Rio Grande do Norte.

É preciso planejar e criar uma rede de Unidades de Pronto Atendimento em todo o estado para que, aliado ao SAMU, todas as pessoas possam ser atendidas em caso de urgência ou emergências dentro dos padrões estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde. Para isso, contrataremos consultoria especializada em pesquisa operacional para definir a otimização das unidades.

As UPAs funcionam 24 h por dia, 7 dias por semana e podem resolver grande parte das urgências e emergências, como pressão e febre alta, fraturas, cortes, infarto e derrame. Assim, ajudam a diminuir as filas nos prontos-socorros dos hospitais. A UPA oferece estrutura simplificada, com raio-X, eletrocardiografia, pediatria, laboratório de exames e leitos de observação. Nas localidades que contam com UPA, 97% dos casos são solucionados na própria unidade.

No entanto, as UPAs devem ser construídas para atender um elevado número de pacientes por dia, abrangendo uma microrregião do estado ou um conjunto de municípios consorciados. Deve-se privilegiar a construção de UPAs dos portes II e III, para se obter economia de escala, pois elas atendem uma população entre 100 mil e 300 mil habitantes.

O seu custo de operação deve ser rateado pelos municípios consorciados e pelo Governo do Estado, na proporção de pacientes atendidos de cada município.

A ATUAÇÃO CONSORCIADA

Desafogar os corredores dos hospitais é preciso. Para conseguir isso planejamos a personalização do atendimento de acordo com o perfil de cada região e de cada paciente, corrigindo discrepâncias na distribuição de leitos e centros cirúrgicos. Hoje, o atendimento é tão mal distribuído que temos hospitais superlotados em algumas regiões e outros com taxas de ocupação que não alcançam 30%. É uma questão de organização, é preciso **criar os Consórcios entre o Estado e os Municípios por microrregiões para oferecer as especialidades clínicas e os procedimentos médicos de baixa e média complexidade.**

A formação dos Consórcios irá ao encontro dos princípios organizativos do SUS: Regionalização e Hierarquização, onde os serviços devem ser organizados em níveis crescentes de complexidade, circunscritos a uma determinada área geográfica, planejados a partir de critérios epidemiológicos, e com definição e conhecimento da população a ser atendida; Descentralização e Comando Único, onde descentralizar é redistribuir poder e responsabilidade entre os três níveis de governo. Com relação à saúde, descentralização objetiva prestar serviços com maior qualidade e garantir o controle e a fiscalização por parte dos cidadãos; e, Participação Popular, onde a sociedade deve participar no dia-a-dia do sistema.

ÊNFASE NA ATENÇÃO BÁSICA

É necessário que **o estado apoie fortemente a atenção básica**, para evitar o surgimento de doenças. Um Programa Estadual para a Atenção Básica, no qual se invista prioritariamente nessa área é capaz de reduzir em pouco tempo os gastos com saúde de média e alta complexidade.

Para o pleno funcionamento da atenção básica, apoiaremos os municípios a darem as melhores condições de trabalho e infraestrutura aos agentes de saúde. O Agente Comunitário de Saúde é o elo entre a população e a rede hospitalar municipal e até estadual, caso necessário for. Deste modo, tem fundamental importância para o ótimo funcionamento da Atenção Básica.

O Governo deve apoiar fortemente as gestantes e também os recém-nascidos, **a atenção pré-natal e as campanhas de aleitamento materno contarão com total apoio na gestão do PSOL** para que consigamos reduzir ao máximo a mortalidade infantil em nosso Estado, bem como tenhamos crianças e jovens saudáveis.

A NECESSIDADE DE ATUAÇÃO PLANEJADA DA REDE HOSPITALAR ESTADUAL

A gestão da rede hospitalar no Rio Grande do Norte será balizada pelas recomendações do Tribunal de Contas do Estado, especialmente seu Relatório sobre a Rede Hospitalar da SESAP-RN. Além desse Relatório, consideraremos as metas definidas pelo Plano Estadual de Saúde 2016-2019.

Apesar dos esforços dos servidores da saúde, sabemos da falta de apoio e do uso político da rede de hospitais no Rio Grande do Norte.

Sabemos que é necessário reforçar a rede de hospitais regionais no interior, aumentando a capacidade de atendimento e ampliando a oferta de consultas e exames especializados nos municípios e microrregiões do Estado. Cada microrregião do estado, formada por seus Consórcios Municipais, será apoiada para a oferta de especialidades e exames em seus hospitais.

DESENVOLVIMENTO

A política desenvolvimentista é de suma importância para o futuro de um estado, mas pode trazer sérios problemas sociais se não

forem calcadas dos cuidados ambientais e das políticas que garantam a qualidade de vida das pessoas. Teremos o cuidado necessário para evitar que o desenvolvimento se transforme na superexploração do trabalho.

Nosso Programa de Governo buscará o empoderamento do povo potiguar, não buscará investimentos estrangeiros como se fossem uma panaceia. É clara a visão de Celso Furtado quando expõem sobre esse assunto: *“(…) pois para atrair o capital forâneo criavam-se estímulos de todo tipo, inclusive o da total isenção de impostos”*.

Buscaremos o desenvolvimento econômico e social dos potiguares, para que o potiguar enriqueça e seja proprietário dos meios de produção, pois como dizia Celso Furtado a respeito dos lucros obtidos pelas empresas de fora quando se instalavam numa região *“(…) pelo simples fato de que a massa de lucros gerados não se integra na economia local.”*

O Exemplo de Sucesso da Praia da Pipa, se dá pela criação de pequenos negócios, muitos deles de propriedade da comunidade local que partilha a riqueza gerada pelo turismo. São pequenos negócios pouco intensivos em capital: pequenos hotéis, pousadas e restaurantes, dentre outros. Nosso desafio é fomentar o empreendedorismo na população para que haja efetiva e maciça geração de lucros, emprego e renda.

Combateremos à especulação imobiliária como um grave problema social na obtenção de lucro privado a partir de investimentos realizados sobre determinadas áreas que em geral resulta na segregação socioespacial ou urbana, especialmente por considerar que o RN tem forte potencial turístico em diversas cidades e microrregiões.

É fato que o RN tem fortes potenciais em setores como o turismo, agricultura, extrativismo, serviços e pecuária, por outro lado, é preocupante sabermos que 1/3 da

economia do nosso Estado depende de benefícios.

Nosso Estado é muito maior em potenciais que estão “adormecidos”, por falta de iniciativas e comprometimento dos seus governantes. Precisamos olhar para o futuro do nosso povo e utilizar o que temos em abundância: Sol, vento, água, terra e vontade de trabalhar, inclusive tem sido crescente o aproveitamento da energia eólica.

Para nós, é imperioso pensar grande e acabar com o ciclo vicioso de que, ao homem do campo só é dado o direito a plantar de terça ou de meia em terras alheias e produzir, quando muito, o mínimo necessário para não morrer de fome, ou seja, a agricultura de subsistência.

A industrialização, seja em relação ao aproveitamento de frutos, que cerca de 64% são desperdiçados antes de chegar na mesa do consumidor, até a produção de equipamentos tecnológicos, serão metas em nosso governo.

A AGRICULTURA FAMILIAR, O DIREITO À TERRA E AO CRÉDITO

Vamos estimular a agricultura familiar, a economia solidária, o cooperativismo, a produção de alimentos no interior de nosso estado. Hoje os consumidores conscientes buscam se alimentar de produtos orgânicos, por que não estimular fortemente no Rio Grande do Norte a produção de alimentos orgânicos para exportação? Se não podemos ser os maiores produtores devido às limitações geológicas de nosso território, por que não sermos os melhores em diferenciação?

Incentivar a produção no interior ajudará a evitar o inchaço da região metropolitana de Natal e das grandes cidades do estado. Hoje as pessoas enfrentam o caos urbano e social na Grande Natal. O péssimo sistema de transporte público, graves problemas de falta de segurança e de saúde pública atingem todos.

Cada homem ou mulher do campo tem o direito natural de possuir um lote de terra. **O direito à terra é uma herança comum a todos os habitantes do planeta.** Da terra provem o alimento que deve sustentar todos. Vamos desenvolver juntos projetos exemplares de colonização e reforma agrária, mas, diferente da lógica atual, com toda infraestrutura e assistência técnica necessária para sua sustentabilidade ambiental, econômica e social.

O Rio Grande do Norte precisa estimular o crédito de baixo custo para fortalecer nossos pequenos produtores. Nosso crescimento tem que ser forte na base e nascer no interior do estado, isso possibilitará o aumento da renda da população e dará a ela maior poder de compra. Para que isso ocorra, temos que fortalecer e ampliar o cooperativismo em nosso estado.

Temos que desenvolver uma sólida política de apoio à industrialização de alimentos no Rio Grande do Norte. O Governo do Estado tem que ser o grande indutor da industrialização de alimentos em nosso território e estimular fortemente que essa industrialização se dê através de cooperativas, pois é a forma de organização que socializa os lucros.

De uma forma mais ousada, temos que induzir a criação dos negócios sociais teorizados por Muhammad Yunus. Por que não isentar de impostos estaduais os negócios sociais? Os negócios sociais são empresas criadas com um objetivo social, como por exemplo, fabricar alimentos para alimentar crianças carentes. Nos negócios sociais não é permitido a distribuição de qualquer lucro para os sócios, tudo é reinvestido para que o objetivo social seja cada vez mais ampliado.

AMPLO APOIO AO COOPERATIVISMO

O modelo econômico cooperativista de trabalho existe há mais de 100 anos no Rio Grande do Norte e, não à toa, já foi discutido ainda nos primeiros encontros de elaboração do Programa de Governo do PSOL para o Estado.

É que o cooperativismo se trata de uma prova de que é possível unir desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, produtividade e sustentabilidade, o individual junto ao coletivo.

Em 2015, ano do centenário do modelo cooperativista no estado, o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo contabilizava mais de 800 cooperativas no RN. Organizações constituídas com atuação nos ramos da agropecuária, crédito, trabalho, consumo, educação, produção, infraestrutura, transporte, habitação e turismo.

O cooperativismo mostra, inclusive, a capacidade do interior potiguar de se organizar em busca de melhorias para a sociedade. Afinal, foi em Mossoró que surgiu, em 1915, a primeira cooperativa do estado: a Sociedade Mossoró Novo. Um sindicato rural que tinha, entre os fins gerais, a reorganização da vida econômica do Sertão.

O cooperativismo potiguar sempre mostrou, ao longo dessa história centenária, que é capaz de contribuir para o crescimento econômico de várias comunidades do estado. É um modelo que muito contribuirá, se receber incentivos governamentais, para a redução das desigualdades sociais.

Carlos Alberto defende o incentivo ao cooperativismo entre os potiguares. O professor sabe que, dessa forma, será facilitado o escoamento da produção para exportação e também para o consumo interno. E isso, evidentemente, gera movimentação na economia estadual, que anda tão fragilizada.

PESCA E AQUICULTURA

A pesca e a aquicultura têm um grande potencial no Rio Grande do Norte. Buscaremos implantar definitivamente o Terminal Pesqueiro construído no Rio Potengi.

É importante apoiar também as comunidades de pescadores artesanais ao longo do litoral

potiguar, onde existem cidades onde a pesca é a atividade econômica mais importante. Implantaremos um programa de fortalecimento para os pescadores artesanais.

Com a regularização dos novos parques aquícolas, buscaremos apoiar também a criação de peixes nos reservatórios potiguares no interior do estado, ainda sub explorados.

Existem diversas experiências iniciais bem-sucedidas com pequenos proprietários na produção de camarão, peixes e até de ostras em nosso estado. Iremos fomentar os pequenos produtores e seus arranjos produtivos locais, com vistas ao aumento da produção de alimentos e o incremento das exportações do estado.

TURISMO DE EXCELÊNCIA

Durante quatro anos, Carlos Alberto foi Subsecretário de Turismo do Rio Grande do Norte. Como empresário, atua na área do turismo desde 1989. Uma de suas principais bandeiras é a defesa do Turismo, como fator de desenvolvimento do estado e de geração de emprego e renda para a população, principalmente do interior do estado. Carlos Alberto irá apoiar fortemente a restauração e o desenvolvimento dos Atrativos Turísticos do RN.

Ao longo de sua atuação como Subsecretário de Turismo do Estado, o professor Carlos Alberto coordenou a elaboração de três Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do estado do Rio Grande do Norte – PDITS, para os polos Costa das Dunas, Seridó e Costa Branca. Desta forma, sua gestão como governador será voltada para que esse planejamento seja implementado no estado.

Atividade econômica em franca expansão no Mundo, o turismo representa aproximadamente 10,5% do PIB do estado do Rio Grande do Norte. Além disso, o turismo é a **atividade que gera mais empregos no estado**, empregando

aproximadamente 8% da população economicamente ativa.

O Rio Grande do Norte, com seu extenso litoral, suas inúmeras praias de rara beleza, sua alta biodiversidade, sua rica geologia aliada à existência de raros sítios arqueológicos, sua saborosa gastronomia, dentre outros fatores, levaram o Rio Grande do Norte a se tornar **um dos principais destinos turísticos brasileiros**.

No Rio Grande do Norte está instalada uma ampla rede de serviços turísticos, com destaque para um amplo setor hoteleiro e de restaurantes que nos credenciou a ser uma das sedes da Copa do Mundo de 2014. O sucesso deste evento em Natal comprovou a **capacidade de todo o setor turístico em atender a demanda** quando necessário. Os investimentos do Governo Federal para a construção do novo Aeroporto Internacional em São Gonçalo do Amarante e do Terminal de Passageiros no Porto de Natal, ampliarão ainda mais esta capacidade de atender bem a demanda.

Apesar de todo o esforço dos parceiros envolvidos na atividade turística em nosso estado, o turismo do Rio Grande do Norte vem a cada ano perdendo sua força, dado a **falta de prioridade dos sucessivos governos estaduais**. Falta aos servidores, estrutura de trabalho. Entretanto, permanece latente a capacidade de nosso *trade* turístico em atender a demanda quando a atividade voltar a apresentar os altos índices de crescimento que já apresentou no passado.

Atualmente, o Rio Grande do Norte se caracteriza por uma **baixa diversificação da oferta turística**, pois está excessivamente focalizada no litoral, com pouca ênfase em atrativos turísticos culturais e na interiorização do turismo. Essa baixa diversificação está dificultando o aumento da permanência média do turista no estado.

Outra limitação que vem sendo encontrada no estado é a **falta de investimentos na**

manutenção dos atrativos turísticos. Esta falta de manutenção, bem como o não desenvolvimento de novos atrativos tem obrigado ao estado a focalizar suas ações de promoção e comercialização em torno dos atrativos de sol e praia, em especial os mais conhecidos como Ponta Negra e Praia da Pipa.

O desenvolvimento de novos atrativos turísticos, aliado à interiorização do turismo no estado é necessário e deve ser planejada pelo Governo Estadual. **Caminhar em direção à diversificação do produto turístico** é necessário para que o estado do Rio Grande do Norte volte a apresentar crescimento na atividade e crie oportunidades de geração de emprego e renda para sua população.

A estratégia de diversificação do produto turístico é importante também do ponto de vista ambiental, pois há evidências de degradação devido à massificação do turismo no litoral aliado à falta de planejamento territorial dos espaços. Para isso, é necessário reconhecer a **limitada capacidade de planejamento do estado e de coordenação institucional**.

Considerando este diagnóstico, para se atingir crescimento do turismo no estado pelo aumento do número de turistas nacionais e internacionais é necessário se **requalificar o modelo de sol e praia** que vem sendo adotado e **buscar a diversificação temática e geográfica da oferta turística** do estado do Rio Grande do Norte.

A requalificação do modelo de sol e praia deverá ser o objetivo a ser perseguido pelos polos turísticos Costa das Dunas e Costa Branca, os dois polos turísticos institucionalizados existentes no litoral do estado. O objetivo de se buscar a diversificação temática e geográfica, abrangerá os cinco polos turísticos do estado, acrescentando-se os polos Seridó, Serrano e Agreste-Trairi aos dois já citados.

Para se atingir esses objetivos que o turismo do Rio Grande do Norte precisa a gestão de Carlos Alberto atuará, como governador em cinco componentes principais: a) Apoio ao Desenvolvimento do Produto Turístico; b) Apoio à Comercialização; c) Infraestrutura e Serviços Básicos; e, d) Gestão Ambiental.

DESENVOLVIMENTO DOS ATRATIVOS TURÍSTICOS REGIONAIS

As ações para o **apoio ao desenvolvimento do produto turístico** devem se concentrar em investimentos para a **recuperação dos atrativos turísticos públicos e de seu entorno**, necessários para impulsionar o desenvolvimento de novos mercados que busquem no Rio Grande do Norte um turismo diferenciado.

“Recuperar e desenvolver os Atrativos Turísticos Públicos para impulsionar o turismo.”

O investimento neste componente aumentará nossa capacidade de competir. Como exemplo, destinaremos recursos para a conclusão do **Museu da RAMPA**, a restauração completa do **Corredor Cultural de Natal**, a implantação da infraestrutura necessária para a visitação turística nos **Sítios Arqueológicos do Seridó** e no **Lajedo de Soledade**, a implantação do projeto **Geoparque Seridó**, a **implantação dos teleféricos** da Casa de Pedra, em Martins e de Santa Rita de Cássia, em Santa Cruz.

PROMOÇÃO TURÍSTICA DO ESTADO

Recursos também serão destinadas ao **apoio à comercialização do turismo do estado**, para fortalecer a imagem turística de nosso destino, nos mais diversos canais de comunicação. O apoio incondicional às ações da EMPROTUR, a empresa de promoção turística de nosso estado será um elemento chave na gestão de Carlos Alberto como governador.

Estimularemos e apoiaremos fortemente a criação de um programa de *stopover* no Rio Grande do Norte. Um programa de *stopover* oferece diárias de hotel, para viajantes que fazem escalas nos aeroportos, em regiões onde o governo deseja realizar uma política de indução ao turismo. Eles são estimulados a fazerem uma escala de alguns dias no destino ofertado, como é o caso de Portugal que oferece 5 dias de hospedagem aos turistas que utilizam Lisboa ou Porto como *hub*.

“Interiorizar o turismo e consolidar o aeroporto de São Gonçalo com a estratégia de *Stopover*.”

Nossa proposta é que através de parcerias entre as companhias aéreas e os hotéis do interior do estado possamos fazer com que mais turistas visitem o Rio Grande do Norte, um grande passo para a tão almejada interiorização do turismo.

INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS BÁSICOS

É sabido que o aumento do fluxo de turistas provoca a necessidade de investimentos em infraestrutura e em serviços básicos. Esses serviços devem ser instalados e ampliados para que a atividade turística se desenvolva, sabendo-se que o retorno se dará com o aumento da atividade econômica, da geração de emprego e renda para a população e para o estado. Nesse contexto, o Ministério do Turismo é uma importante fonte de **recursos para a instalação de infraestrutura e de serviços básicos nas regiões turísticas**. Estradas, sistemas de tratamento e abastecimento de água, estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários e estações de tratamento de lixo, dentre outros, são obras custeadas quase que totalmente com recursos federais através da assinatura de convênios a fundo perdido, com pequena contrapartida do estado, ou através

das emendas parlamentares ao Orçamento da União.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO TURISMO

E finalmente, o componente de gestão ambiental, necessário para que haja conservação e sustentabilidade no uso dos recursos que são a base da atividade turística em nosso estado.

O Estado do Rio Grande do Norte deve atuar em conjunto com as Prefeituras dos municípios e o Governo Federal para preservar a orla marítima do Rio Grande do Norte.

“Conter a erosão marinha e recuperar as praias de Natal e do Litoral Norte.”

Realizaremos o projeto e obras de contenção da erosão marinha. Grande parte do litoral do estado sofre com os efeitos da erosão marinha. Até agora nada foi feito para que esse desastre ambiental fosse contido. A cidade de Natal, suas belíssimas praias, e o litoral norte são fortemente atingidas pela erosão marinha e até agora as ações são meramente paliativas.

Neste componente, a gestão de Carlos Alberto destinará recursos ao Orçamento estadual para que sejam realizados **estudos e planos das áreas de interesse turístico e ambiental**, para que se diminua a insegurança jurídica junto aos órgãos licenciadores federais e estaduais. Neste aspecto a gestão deve assumir um papel de liderança, articulando o desenvolvimento com sustentabilidade, econômica, social e ambiental.

A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO

O governo do PSOL vai apoiar fortemente o uso de inovações tecnológicas e estratégias de convivência com o Semiárido. A exemplo do programa de construção de cisternas, buscaremos apoiar novos programas, como o

de utilização de biodigestores para a substituição do uso da lenha.

Com o fortalecimento das políticas públicas de convivência com o Semiárido, o povo potiguar poderá aumentar sua permanência e extrair a riqueza que possa ser produzida no Bioma da Caatinga. Para isso, o governo buscará uma forte aproximação com a ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro, importante entidade que lidera essa nova concepção de desenvolvimento do Nordeste Brasileiro.

Ao mesmo tempo, vamos combater o processo de desertificação que se inicia em nosso estado. Estratégias de reflorestamento e de preservação do bioma caatinga tem que ser adotadas.

POLÍTICA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

A gestão do PSOL frente ao Governo do Rio Grande do Norte dará forte apoio à ciência e tecnologia, para fortalecer nossa pesquisa aplicada. Apoiaremos os projetos de pesquisa e os pesquisadores do Rio Grande do Norte nas disputas por recursos para a pesquisa junto às Agências Financiadoras de Projetos, tanto nacionais quanto internacionais, oferecendo contrapartida para os temas que sejam de interesse público, através de Editais de fluxo contínuo.

Nosso objetivo, é o de apoiar a FAPERN para que ela exerça sua plenitude como fundação de fomento à pesquisa e se consolide como parceira do desenvolvimento do Rio Grande do Norte.

INDÚSTRIA

PETRÓLEO

O Governo do Estado deve buscar forte interlocução com a PETROBRAS para a manutenção da Refinaria Clara Camarão com o status de refinaria, e, tem que lutar pela continuidade dos investimentos em exploração em seu território.

A PETROBRAS recebeu renúncias fiscais que exigiam a continuidade e perenidade de suas atividades no estado. Todos os Contratos devem ser analisados para que o estado não seja prejudicado pelos benefícios que concedeu à PETROBRAS.

MINERAÇÃO

O Rio Grande do Norte possui a maior reserva de minério de ferro do Nordeste, imensas reservas de calcário, granitos, mármore e quartzo, além de feldspato, tungstênio, ouro e pedras preciosas.

Apesar de possuir reservas comprovadas e significativas de diversos minérios o estado não possui infraestrutura adequada para extrair sua produção. **Faltam estradas com capacidade de carga adequada, bem como a implantação do modal ferroviário e portos, adequados ao transporte de minérios.**

Possuímos condições de implantar indústrias de ferro-ligas e de produção de CERMETS, pois aliamos aqui duas condições competitivas ímpares: a presença dos minérios e a disponibilidade energética.

O estado ainda padece do fechamento da CDM – Companhia de Desenvolvimento Mineral do estado, ocorrida em 1995, **temos que recompor nossa capacidade de planejamento do setor mineral no Rio Grande do Norte.**

CERTIFICAÇÃO DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA

Temos que apoiar fortemente que os produtos fabricados ou produzidos em solo potiguar sejam certificados e tenham sua indicação de procedência reconhecida, bem como sua denominação de origem. Produtos como a carne e o queijo do Seridó, a cachaça, as frutas, a castanha de caju, o camarão, o atum, serão mais valorizados se obtiverem selos e certificados. Utilizar a marca “Carne de Sol de Caicó” ou “Queijo de Manteiga do Seridó” devem ser propriedade de uso dos produtores potiguares localizados no Seridó.

No Brasil, vários produtos já foram certificados pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial) a pedido de associações, sindicatos e cooperativas de produtores locais.

Além da indicação geográfica, hoje os consumidores em todo mundo valorizam bastante produtos certificados produzidos organicamente, sem a utilização de agrotóxicos. Essa é também uma forma de aumentar a receita dos produtores estaduais.

COMÉRCIO

REVITALIZAÇÃO URBANA

O Governo do Estado será parceiro dos municípios nos projetos de revitalização urbana. Estamos dispostos a criar um programa que incentive a reforma de prédios subutilizados nas áreas centrais das cidades.

Daremos apoio aos projetos de revitalização do comércio dos bairros da Cidade Alta e Ribeira, e do Alecrim em Natal, por exemplo. Entretanto, qualquer município que deseje manter vivo e pujante seu comércio, com seu centro histórico preservado, contará também com esse Programa.

O Direito à Moradia Digna, dentro das Áreas Centrais, conter o Espraçamento das Cidades e a formação de Periferias será uma bandeira defendida pelo Governo do PSOL.

Morar e viver no centro das cidades é muito mais econômico para a população, não devemos permitir que as pessoas migrem para as periferias das cidades, com carência de infraestrutura, principalmente de transporte.

INFRAESTRUTURA

E para consolidar o desenvolvimento econômico do Rio Grande do Norte, o professor Carlos Alberto vai destinar recursos para a elaboração de grandes projetos estruturantes para o desenvolvimento do estado, tais como: a construção de um novo porto para Rio Grande do Norte, que tenha grande capacidade de movimentação de containers; a contratação de um estudo para que se dê a integração do Rio Grande do Norte à ferrovia Transnordestina, possibilitando o escoamento de sua produção mineral; a retomada dos estudos para a implantação de indústrias produtoras de PVC, conforme estudos preliminares contratados pela PETROBRÁS, indústria de CERMETS; um plano para o transporte na Região Metropolitana de Natal que o planeje para os próximos 30 anos.

A economia do RN apresenta hoje o mais baixo crescimento do Nordeste do Brasil. As empresas não encontram condições para viabilizar negócios no estado, ocasionando a falta de oportunidades de trabalho na Região Metropolitana da capital e no interior do estado.

Para que as empresas se instalem é necessário que o estado do RN **ofereça infraestrutura logística para que os negócios consigam operar com lucratividade.** Atualmente, diversas atividades econômicas não possuem as mínimas condições logísticas para escoarem sua produção.

Vencida a grande batalha da implantação do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, o RN deve voltar sua atenção para sua consolidação e para importantes projetos logísticos, tais como a expansão do Porto de Natal para a margem norte do Rio Potengi; e, a integração do RN à Ferrovia Transnordestina.

A Gestão do governador Carlos Alberto irá atuar com importantes projetos logísticos que

poderão modificar o futuro do Rio Grande do Norte.

A CONSOLIDAÇÃO DO AEROPORTO DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE COM A IMPLANTAÇÃO DOS DISTRITOS LOGÍSTICOS

O Governo do Rio Grande do Norte precisa atuar na consolidação do aeroporto de São Gonçalo do Amarante como maior exportador de cargas do Nordeste.

O aeroporto se vislumbra como uma importante infraestrutura para que o Rio Grande do Norte aumente sua pauta de exportações de produtos de maior valor agregado.

Para que isso ocorra, o Governo do Estado tem que criar Distritos Logísticos para que os Operadores de Serviços Logísticos que virão prestar serviços logísticos no entorno do aeroporto de São Gonçalo do Amarante possam operar.

A indústria logística tem sido um exemplo de nascimento e desenvolvimento de um novo serviço, transformado de um conceito de serviço de transporte para um conceito de atender a todas as necessidades logísticas de um cliente. Assim, diversas oportunidades surgirão no entorno do aeroporto para prestar os mais variados serviços logísticos, divididas em atividades de armazém, de transporte e de apoio ao cliente.

Acreditamos que a atividade de *cross-docking* será a vocação principal. Ela é a atividade de receber cargas consolidadas de diversas localidades do Mundo e despachá-las para toda a América do Sul. Além dessa atividade, diversas atividades de armazém serão prestadas, tais como: receber e separar por pedidos; receber; estocar; montar; testar; preparar; classificar; embalar; etiquetar; carregar; controlar estoque; recondicionar.

Diversas empresas, pequenas, médias e grandes, atuarão nas atividades de transporte, seja transportando para embarque nossa mercadoria a ser exportada, bem como distribuindo para toda a região a mercadoria vinda de outros lugares. As atividades de transporte compreendem: distribuição; coleta; gestão de frota; localização de frota; roteirização; definição de modais; cotação e seleção de frete; serviço de agenciamento de carga; consolidar para transportar; e, transporte de carga consolidada.

Para exercerem essas atividades, diversas outras são necessárias na região, gerando empregos indiretos e renda, são as atividades de apoio, de relação com o cliente; atendimento e coleta de pedidos; processamento de pedidos; gestão de informação de venda; reclamações; recall e call center; gestão de estoques do cliente, controle e inventário; administração da demanda; administração de pedidos nos fornecedores; administração aduaneira; busca de fornecedores; apoio fiscal; administração de cobranças; logística reversa; desenvolvimento de projetos logísticos; simulações e estudos logísticos; apoio ao desenvolvimento de produtos.

A junção de todas essas atividades irá propiciar o surgimento da chamada aerotrópolis, ou aeroporto-cidade (cidade que tem como centro um aeroporto de grande capacidade e que agrega vários serviços em seu entorno), onde também terá espaço para universidades, hospitais, centros de pesquisa, centros de convenção e de exposição, pavilhões para feiras, hotéis e habitações para todos os que trabalham nessas atividades.

Em parceria com os municípios da região (São Gonçalo do Amarante, Extremó, Ceará-Mirim e Natal), o Governo do Estado deve coordenar os estudos para a implantação da aerotrópolis na região.

Esse planejamento deve contemplar o planejamento do aeroporto (com a parceira

INFRAMÉRICA), do transporte multimodal que precisarão ser utilizados, e, o planejamento urbano desses municípios.

ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) caracterizam-se como áreas de livre comércio com o exterior, destinadas à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem comercializados no exterior. As empresas que se instalam em ZPE têm acesso a tratamentos tributário, cambiais e administrativos específicos.

O objetivo das ZPEs são: atrair investimentos estrangeiros e fortalecer o balanço de pagamento; criação de empregos e redução de desequilíbrios regionais; promover o desenvolvimento econômico e social do país; e, promover a difusão tecnológica.

Em 1980, as exportações brasileiras atingiam US\$ 20 bilhões e as chinesas US\$ 18 bilhões; Em 2016, as exportações chinesas atingem US\$ 2,3 trilhões e as brasileiras US\$ 185 bilhões.

O Crescimento das exportações chinesas deu-se em grande parte pela implantação das ZPEs, que são de 6 tipologias: Special Economic Zone (SEZ); Economic & Technological Development Zone (ETDZ); Free Trade Zone (FTZ); High-Tech Park; Export Processing Zone (EPZ); Bonded Logistics Zone (BLZ), cada uma delas com funções diferentes.

A SEZ chinesa é a de concepção mais simples, com função de manufaturar para exportar, foi a primeira delas e a única que o Brasil conseguiu copiar timidamente.

O Rio Grande do Norte precisa planejar qual dos tipos são adequados ao nosso estado. Implantação de ZPE não pode ser tratada como medida eleitoreira, a vocação regional deve ser ajustada à tipologia da ZPE e sua localização deve ser fruto de estudos locais.

Por exemplo, a Bonded Logistics Zone (BLZ) pode se ajustar ao Aeroporto de São Gonçalo do Amarante para impulsionar os negócios ligados à prestação de serviços logísticos, pois esse tipo de ZPE tem como função a armazenagem alfandegada, a distribuição internacional, o processamento simples com serviços de agregado de valor, o comércio de trânsito e porto virtual.

Os High-Tech Park devem estar associados e preferencialmente ligados territorialmente à Universidades e Centros de Pesquisa. É o modelo que se assemelha à iniciativa do Instituto Metrôpole Digital da UFRN.

Apesar dos dois projetos de ZPE no Rio Grande do Norte não terem avançado e do Parque Tecnológico em estudos, o Governo do PSOL irá voltar sua atenção para sua efetiva implantação.

IMPLANTAÇÃO DO MODAL DUTOVIÁRIO PARA COMBUSTÍVEIS

A Gestão de Carlos Alberto defenderá junto ao Governo Federal que se implante um **ramal dutoviário levando combustível da Refinaria Clara Camarão até o Aeroporto e também ao Porto de Natal**. O Governo Federal ampliou bastante a rede dutoviária no Brasil ao longo dos últimos anos. O transporte realizado por dutos é o meio de transporte mais barato e seguro para combustíveis.

Tal medida, além de baratear o combustível para incrementar o turismo e a movimentação de cargas, reduz o crescente e intenso tráfego de caminhões de transporte de combustíveis na BR-406, e, poderá também reduzir o preço dos combustíveis na Região Metropolitana de Natal, anulando o aumento dos custos ocasionados pela transferência do terminal de combustíveis da Petrobrás de Santos Reis para Guamaré.

INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

A implantação de um grande porto dedicado a containers, inclusive containers refrigerados é

imprescindível para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Norte. **Não elevaremos a renda per capita da população sem aumentar a atividade econômica no Rio Grande do Norte, e para isso, a ampliação de nossa capacidade portuária é necessária.**



A Gestão do professor Carlos Alberto viabilizará recursos para que sejam feitos os estudos de viabilidade para a implantação de um **grande porto dedicado a containers**. Esse porto deve considerar a carga produzida nas diversas regiões do estado e funcionar de maneira integrada aos Distritos Industriais e às ZPEs. Este projeto tem por objetivo gerar emprego e renda para o RN.

INTEGRAÇÃO COM A FERROVIA TRANSNORDESTINA

O projeto da ferrovia Transnordestina liga os estados do Piauí, Pernambuco e Ceará aos Portos de Suape (PE) e Pecém (CE). Ao todo, o projeto terá 2.304 quilômetros de ferrovia passando por 81 municípios, 19 no Piauí, 28 no Ceará e 34 no estado de Pernambuco. Infelizmente, a licitação realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso permitiu à concessionária Transnordestina Logística S/A abandonar por completo os demais estados do Nordeste, dentre eles o estado do Rio Grande do Norte.

Para que a concessionária da ferrovia Transnordestina possa reconhecer a capacidade

do estado do Rio Grande do Norte em integrar a ferrovia, deve ser feito um estudo para se avaliar o quanto de cargas seria movimentado pelas empresas do RN.



O foco do projeto é o transporte de carga de grãos, minérios, combustíveis e insumos agrícolas. Segundo informações da Sudene, a ferrovia conta com investimentos totais de R\$ 5,3 bilhões, com participação de R\$ 2,6 bilhões do FNDE, ou seja, 50% do empreendimento. A Sudene já liberou recursos de R\$ 1,4 bilhão, o equivalente a 56% dos recursos alocados ao projeto.

A gestão do professor Carlos Alberto vai aplicar recursos para a realização desse estudo de viabilidade para a ligação do RN com a Ferrovia Transnordestina. O RN tem que fazer um estudo de mercado, identificando suas potencialidades econômicas que podem ser impulsionadas pelo transporte ferroviário, para mensurar e projetar a quantidade de carga a ser movimentada, especialmente minérios, dentre eles o ferro e o calcário. A partir deste quantitativo de carga identificada, o Governo do Estado poderá negociar com a Concessionária da Ferrovia Transnordestina a implantação do ramal ligando o RN.

O governador do estado tem a obrigação de liderar esse processo tão importante de atração do modal ferroviário para o Rio Grande do

Norte. Tem que partir dele o convite para que toda a indústria do estado apresente seu potencial de movimentação de cargas que viabilize o projeto.

Esses dois projetos concretizados levarão o estado do RN a completar sua infraestrutura logística para o escoamento de sua produção, dando viabilidade econômica à diversas empresas, nas mais variadas atividades, dentre elas a fruticultura, o setor mineral, o setor pesqueiro, o produtor de camarão, dentre outros.

O crescimento da atividade econômica no estado, com a implantação dessas empresas, levará a um aumento enorme nas oportunidades de emprego e renda para a população da capital e do interior do estado.

ENERGIA

O Rio Grande do Norte é uma rara exceção, aqui se produz toda a energia consumida em seu território. Produzimos todos os combustíveis, gasolina, álcool, diesel e gás. Além desses, energia eólica e temos um grande potencial para a energia fotovoltaica.

Garantia de energia é um dos principais determinantes para a instalação de indústrias. Por isso, **devemos buscar condições diferenciadas de preço da energia para nossos produtores, em especial, os pequenos agricultores e industriais.** Nossa vantagem por ter energia tem que se traduzir em geração de riqueza para os nossos habitantes.

RECURSOS HÍDRICOS

TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO

Segundo o Ministério da Integração Nacional, o projeto de transposição do Rio São Francisco vai propiciar ao Rio Grande do Norte:

- O aumento da oferta hídrica dos dois maiores reservatórios estaduais (Santa

Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves), responsáveis pelo suprimento de água para os diversos usos da maior parte da população das Bacias do Apodi, Piranhas-Açu, Ceará-Mirim e Faixa Litorânea Norte;

- A redução dos conflitos existentes na Bacia do Piranhas-Açu entre usuários de água deste Estado e da Paraíba, e entre os usos internos do próprio Estado do Rio Grande do Norte;
- A ampliação da disponibilidade hídrica dos maiores trechos dos Rios Apodi e Piranhas-Açu, situados a montante dos açudes Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, estabelecendo uma fonte hídrica permanente para as populações de mais de 50 municípios localizados nestas duas Bacias hidrográficas;
- O abastecimento seguro para 94 municípios, 1,2 milhão de habitantes, por meio do aumento da garantia da oferta de água dos açudes Santa Cruz e Armando Ribeiro Gonçalves, da perenização permanente de todos os trechos dos Rios Apodi e Piranhas-Açu, em associação com uma rede de adutoras que vem sendo implantada.

O que ocorre é que para a concretização desses benefícios, deve haver por parte do Governo do Estado uma postura de liderança na condução dos projetos que devem ser realizados após a chegada das águas. Até agora, pouco foi feito!

Um dos importantes projetos que aguardam o planejamento do estado é o da integração de bacias entre o rio Apodi-Umari no vale do Apodi. Com um baixo investimento em 2 km de canal é possível beneficiar 200 pequenos produtores em 8.000 ha de vale fértil, para as atividades econômicas voltadas à piscicultura, carcinicultura, aquíicultura, rizinocultura, e fruticultura irrigada.

No estado do Ceará, o Governo do Estado desenvolveu o projeto Cinturão das Águas,

concebido para viabilizar uma maior capilaridade das vazões transpostas pelo Projeto de Integração do Rio São Francisco em território cearense. Esse projeto encontra-se com o seu Trecho I já em fase de implantação, com 150 km de caminhamento, compreendendo segmentos de canal a céu aberto, túneis e sifões, com a função de aduzir a água derivada da barragem Jati até as nascentes do Rio Cariús, no município de Nova Olinda, na região do Alto Jaguaribe.

EM DEFESA DO PLANEJAMENTO DO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO NA REGIÃO METROPOLITANA DE NATAL

Se perguntarmos a qualquer ente governamental do Rio Grande do Norte qual o plano de transporte público para a Região Metropolitana de Natal, todos responderão que não existe.

A Região Metropolitana de Natal tem que ser planejada, caso contrário o caos no sistema de transporte se instalará. **As pessoas que moram na RMN e que trabalham ou estudam em Natal sentem o caos e a perda de tempo diariamente.**

A gestão do PSOL irá contratar os estudos e liderar o planejamento do transporte público na RMN. Isso porque a solução deve ser consorciada com os municípios, deve ser realizada com mais de um modal, integrando o ferroviário ao rodoviário.

O planejamento urbano, bem como a rediscussão dos Planos Diretores Municipais, deve contemplar as linhas férreas existentes. O aumento do adensamento urbano próximo às estações existentes deve ser pensado, buscando aproximar as habitações, os serviços públicos e as atividades comerciais dessas estações. **Aumentando o adensamento urbano ao longo das linhas férreas daremos viabilidade econômica para a instalação de linhas de metrô no futuro próximo.**

No futuro, pode ser confortável ao habitante da RMN morar nos municípios vizinhos e se

utilizar do transporte ferroviário de massa para ir à capital. Isso hoje, ainda não é.

IGUALDADE E CIDADANIA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES

De acordo com o Atlas da Violência (2018), atualmente o Rio Grande do Norte ocupa a 13ª posição no ranking de violência contra a mulher. Desde a violência psicológica e moral até a física e sexual, são as mulheres as que pagam diariamente com a vida a conta de uma cultura misógina e da ausência de políticas públicas.

Mais da metade da população do RN é feminina e as políticas para combater a violência são ineficientes. As 4 Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) existentes (Natal, Parnamirim, Mossoró e Caicó) são insuficientes para atender as demandas dos 167 municípios do RN. Desse modo, constatada a baixa qualidade e quantidade inexpressiva das DEAMs é imperativo o aperfeiçoamento dos profissionais e a criação de novas delegacias regionais que atendam, 24 horas, as mulheres dos municípios. Além disso, é fundamental a ampliação da saúde da mulher na perspectiva da prevenção e do tratamento: as vidas das mulheres importam!

No mundo do trabalho, as mulheres continuam sendo maioria no mercado brasileiro entre as pessoas com idade para trabalhar, de acordo com os dados da pesquisa do IBGE (2018). No 1º trimestre de 2018, elas eram 52,4% dessa população. A pesquisa demonstra que este resultado foi similar nos demais trimestres observados. A análise dos dados confirma a repetição desse panorama também no Rio Grande do Norte. Apesar de serem maioria as mulheres ocupadas estão em menor número, quando comparadas aos índices de ocupação masculina. (IBGE, 2018).

Diante desse cenário, elencamos três eixos, apresentados a seguir, com a sistematização das discussões realizadas pelo Seminário Estadual de Mulheres do PSOL/RN:

EMPREGO, TRABALHO E RENDA

- 1) Reduzir a desigualdade de gênero no mundo do trabalho: Salário igual para trabalho igual!
- 2) Investimento em Qualificação Profissional focado nas necessidades do mercado de trabalho e no perfil das mulheres socialmente vulneráveis.
- 3) Ações governamentais e políticas públicas que valorizem e viabilizem o trabalho das mulheres no campo e na cidade, pautadas na economia solidária, na garantia da autonomia financeira e autodeterminação feminina.
- 4) Garantia da proteção legal às empregadas domésticas.
- 5) Programar, através do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador, ações voltadas aos agravos à saúde das trabalhadoras.
- 6) Campanhas educativas para o fim do assédio moral e sexual, bem como elaborar e aprovar leis mais eficazes para a punição de tais práticas.

VIOLÊNCIAS CONTRA A MULHER

- 1) Criação de, pelo menos, três novas DEAMs distribuídas entre as regiões do Estado.
- 2) Aprimoramento das ferramentas de registro dos casos de violência contra a mulher.
- 3) Casas de acolhimento provisório para mulheres em situação de violência que não estejam em risco eminente de morte e necessitem de uma acolhida temporária e rápida resolução para o seu caso.
- 4) Inclusão do debate de gênero proposto pelo conjunto dos movimentos de mulheres no Plano Estadual de Educação, como forma de promover o respeito e a igualdade entre os

gêneros em todos os níveis em que a educação estadual atua.

5) Criação de serviços especializados de psiquiatria e psicologia nos hospitais de referência de atendimento à mulher, voltado para vítimas de violência.

6) Um programa feminista de capacitação e formação continuada para profissionais dos serviços públicos da educação, saúde, cultura, turismo, comunicação e polícias.

SAÚDE DA MULHER

1) Acesso a unidades de saúde, tais como postos de saúde e hospitais, com oferta de profissionais voltados à saúde da mulher (ginecologistas, psicólogos, planejadores familiares, etc).

2) Fortalecimento das ações de saúde preventiva através do PSF e dos postos de saúde equipados e com serviços de qualidade.

3) Garantia de tratamento profissional adequado e respeitoso às mulheres transexuais, lésbicas e bissexuais.

4) Defesa e efetivação da Política Nacional de Saúde da População Negra, especialmente quanto às mulheres negras.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS IDOSOS

Como governador, o professor Carlos Alberto buscará adequar a gestão de todos os órgãos públicos estaduais para o efetivo cumprimento do Estatuto do Idoso, criado pela Lei nº 10.741/2003.

Para isso, os dois princípios fundamentais para os idosos, que emanaram do referido Estatuto serão respeitados: o princípio da proteção integral do idoso e o princípio da prioridade absoluta.

Temos que ter atenção à pessoa idosa, mas é imprescindível que essa atenção se dê prioritariamente na saúde pública, o que não vem acontecendo nos hospitais públicos do Rio Grande do Norte, onde idosos ficam alojados

em corredores e muitas vezes em macas de ambulância, sem direito a mínima dignidade!

Respeitar o idoso é respeitar o futuro de cada um. O Governo do Estado deve ter uma rede de assistência social para garantir alimentação e habitação para os idosos que estão na extrema pobreza, hoje ainda 9% da população do Rio Grande do Norte se situa nessa faixa.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS DEFICIENTES

O governo do PSOL buscará adequar todos os órgãos públicos estaduais e seus processos internos para o efetivo cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei nº 13.146/2015.

Além disso, como regulador e fiscalizador de vários serviços para a população, agirá também para o cumprimento da referida Lei.

É extremamente importante, que o Governo do Estado realize um levantamento das quantidades de deficientes e de suas necessidades para o melhor planejamento das políticas públicas. Qual a situação social? Como melhorar a saúde deles? Como apoiá-los através do esporte, da música? Estas são questões que devem ser debatidas com suas entidades representativas.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE

A juventude representa 1/4 da população brasileira, aproximadamente 50 milhões de pessoas (PNAD, 2015). No Rio Grande do Norte, particularmente, esta população numerosa, economicamente ativa, é lançada a própria sorte, sobretudo pela ausência de políticas públicas. O que faz com que os piores índices de desenvolvimento social tenham a liderança geracional da população jovem.

O primeiro passo a ser dado para reversão do quadro citado é a interrupção do ciclo de violência ao qual a juventude está submetida. A população de 15 a 29 anos, estatisticamente, é o contingente etário que lidera o número de

mortes provocadas por homicídio no Brasil, precisamente 59,2% do cômputo geral. Quando número é investigado a fundo, considerando-se o critério cor/raça, o componente etário soma-se ao racial, ou seja, são os jovens negros os que mais perdem a vida em decorrência de homicídios (72,8%).

No RN, mais uma vez, não é diferente. Se comparado ao quadro nacional, aliás, a situação da juventude é ainda mais grave. O estado está na segunda posição no que se refere a taxa de mortes de pessoas de 15 a 29 anos, alcançando a marca de 125,6 mortes a cada 100 mil habitantes nessa idade – que representa um crescimento de 380,1% entre os anos de 2006 a 2016. Do número total de vítimas neste ano, 1.129, 70,5% delas eram negras.

A juventude do RN, em resumo, precisa viver. O que, obviamente, exige absoluto combate a desigualdade social, com o qual este Programa de Governo está comprometido. O nosso estado, por exemplo, ocupa a 4ª posição do Brasil quando o tema é concentração de renda. Ao mesmo tempo, o valor total da Dívida Ativa das 100 empresas que mais devem ao Estado chega a 2,8 bilhões de reais. Este dinheiro, uma vez cobrado e arrecadado, escoaria em mais investimento para áreas sociais: saúde, educação, lazer e cultura. Todas absolutamente importantes para o desenvolvimento pleno da juventude, que, na prática, é o desenvolvimento pleno de toda a sociedade.

CULTURA

Como políticas culturais para o Governo do Rio Grande do Norte, o PSOL propõe:

INVESTIMENTO NA CULTURA COMO FORÇA DE TRABALHO.

Os produtos artísticos e culturais, produzidos pelos agentes de cultura e artista de nosso Estado, muitas vezes não são valorizados como fruto de um trabalho realizado com muita

dedicação e esforço pelas mãos e mentes dos fazedores de arte do Rio Grande do Norte. Valorizar o trabalho desses artistas deve ser um ponto principal para garantir a dignidade e o respeito que os trabalhadores das artes merecem.

INTERIORIZAÇÃO DAS POLÍTICAS CULTURAIS DO ESTADO

O olhar do Governo do Estado sobre a cultura e o alcance de suas ações devem ser expandidos à todas as regiões e cidades do Estado. Garantir que todas as expressões artísticas e culturais tenham a devida atenção, sejam as manifestações artísticas das grandes cidades como as expressões folclóricas das regiões menores e cidades menos populosas. Todas as regiões do Estado devem ter garantido o direito de expressar culturalmente.

EQUIPAMENTOS CULTURAIS

Teatros, museus, casas de espetáculos, bibliotecas, cinemas, auditórios, entre outros equipamentos culturais devem ter sua criação, manutenção e investimentos garantidos pelo Governo, assegurando e viabilizando que a cultura e a arte produzida no Estado tenham espaço para ser manifestada de forma livre e principalmente, democrática.

CULTURA E EDUCAÇÃO - CRIAÇÃO DE PÚBLICO

Através do órgão responsável pela cultura no Estado, a Fundação José Augusto, e da Secretaria de Educação, planejar e executar ações que permitam que os jovens estudantes da rede pública do estado tenham acesso à cultura. Criando uma geração de cidadãos que respeita e, principalmente, conhece a cultura e arte norte-rio-grandense.

PLANO ESTADUAL DE CULTURA E POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS

Reestruturar as políticas culturais do estado em seus diversos braços de atuação (audiovisual, artes plásticas, dança, teatro, cultura urbana, cultura popular, etc.) ouvindo a classe artística para juntos com quem realmente produz cultura, repensar a atuação do estado no fazer cultural. A construção das políticas culturais e de ações de fomento (editais culturais, por exemplo) deve ser construída com as verdadeiras mãos de quem faz arte e cultura no Rio Grande do Norte.

PROTEÇÃO ANIMAL

No Brasil vigora uma Constituição que veda expressamente a submissão de atos cruéis aos animais. Essa lei, todavia, é rasgada a todo instante. A maioria das leis brasileiras que se propõe a proteger os animais sucumbe diante da indiferença humana ou da crueldade institucionalizada pelo poder público.

A Lei de Proteção à Fauna estimula a caça de animais; a Lei do Abate Humanitário faz em seu texto concessões macabras, representadas por palavras terríveis como: eletrochoque, corredor de abate, pistola de impacto, área de vômito, canaleta de sangria, etc; a Lei da Vivissecção legitima a tortura em nome de um suposto progresso científico, como se fossemos ingênuos o suficiente para acreditar que a ciência é neutra ou que ela busca a paz.

Nesse amplo cenário de servidão, os animais tornaram-se objetos descartáveis, peças de reposição, criaturas eticamente neutras. As leis brasileiras, via de regra, considera os animais como propriedade, coisas de alguém, objetos materiais, recursos naturais ou bens de uso comum do povo.

É certo que nosso país, como poucas nações do mundo, estabeleceu a tutela dos animais como princípio constitucional. Apesar disso, a cultura,

os costumes, os interesses científicos e econômicos transformam essa norma protetora em letra morta. A ideologia do consumo que se faz no Brasil contribui para a sistemática e incondicional exploração dos animais, mostrando que a nossa legislação – tida como uma das mais avançadas do planeta – conviva com uma realidade bem diferente da que se está no papel.

Vivemos em um tempo de injustiças e de desigualdades, que separa dominantes e dominados, que estabelece quem manda e quem obedece, que decide quem vive e quem deve morrer. Basta olhar para as matas devastadas, para a miséria das ruas ou para a realidade dos campos sem fim, na qual animais são perseguidos e explorados até o limite de suas forças. Basta ver o que se esconde nas fazendas, nas arenas, nas jaulas e nos picadeiros. Basta enxergar o drama dos animais submetidos a barbárie da criação industrial, aos horrores dos matadouros e às terríveis experiências científicas, dentre outras situações em que se lhes infringem dor e sofrimento.

Nesse cenário, o RN deve se espelhar em iniciativas que já deram certo em várias cidades pelo mundo. **A causa animal não é apenas um capricho de quem gosta de animais, mas também um problema de saúde pública.** O Estado não pode se omitir quanto ao atendimento dos animais. A generosidade dos defensores da causa animal tem sido a exclusiva responsável pelas boas práticas que temos hoje. É necessário que o Estado realize campanhas em larga escala sobre a importância dos protocolos vacinais, em especial a vacinação antirrábica e Leishmaniose. Essas campanhas deverão estar sempre alinhadas com ações de incentivo à adoção e posse responsável.

A atual gestão não colabora em nenhum sentido, não investindo em políticas de prevenção do abandono ou do cuidado com os animais já abandonados. **Precisamos implementar mutirões nos territórios com**

vários serviços públicos, inclusive recolhimento, castração e conscientização da população de como cuidar dos animais.

Para isso, no primeiro ano de governo pretendemos conveniar 8 (oito) clínicas veterinárias, abrangendo todas as regiões do Estado, de modo a oferecer diariamente consultas, castrações, vacinações, pequenas cirurgias e exames ambulatoriais. Pretendemos também lutar pela criação de lar transitório para recolhimento e cuidado de animais em situação de risco e abandono, com capacidade limitada. Criar departamento voltado para averiguação e acompanhamento de denúncias de maus tratos e abandono. Implementação de um canal de comunicação online e outros mecanismos para encaminhamento de denúncias da população sobre maus tratos com os animais. E em especial, criar comissão de apoio e acompanhamento à rede de voluntariado da causa animal.

Nossa gestão entregará um HPV - Hospital Público Veterinário, como política de fortalecimento à saúde pública do Estado